

EQUIDADE

Ciências Sociais, Políticas Públicas
e Justiça Social

Jader Silveira (Org.)

v. 2 — 2025

EDITORA
UNION



EQUIDADE

Ciências Sociais, Políticas Públicas
e Justiça Social

Jader Silveira (Org.)

v. 2 — 2025

EDITORA
UNION

© 2025 – Editora Union

www.editoraunion.com.br

editoraunion@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Union

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Silveira, Jader Luís da
S587e Equidade: Ciências Sociais, Políticas Públicas e Justiça Social -
Volume 2 / Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG):
Editora Union, 2025. 85 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-84885-47-9
DOI: 10.5281/zenodo.14911345

1. Ciências Sociais. 2. Políticas Públicas. 3. Justiça Social. I.
Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 362
CDU: 36

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Union

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.editoraunion.com.br

editoraunion@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://www.editoraunion.com.br/2025/02/eguidade-ciencias-sociais-politicas.html>



AUTORES

**Alice Oliveira Dias
Amanda Braga Cunha
Cláudia Gonçalves Matos Flores
Deborah Eduarda Costa da Silva
Juliana Bianca Maia Franco
Kamyla Das Neves Xavier
Lucilene Ferreira de Melo
Márcia Cristiane de Souza Santos
Maria Eduarda Santos da Silva
Nilton Soares Formiga
Rafaella Lagreca Garrafa Cardoso**

APRESENTAÇÃO

A presente obra, *Equidade: Ciências Sociais, Políticas Públicas e Justiça Social*, representa um convite instigante à reflexão crítica e interdisciplinar acerca de um dos pilares fundamentais para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis. A equidade, enquanto conceito multifacetado, transcende a mera igualdade formal, adentrando os domínios da justiça distributiva, da promoção da dignidade humana e da correção de desigualdades estruturais que atravessam o tecido social.

Nesta coletânea, os autores e autoras, oriundos de distintas áreas do saber – como sociologia, economia, ciência política, direito e administração pública –, exploram com profundidade teórica e rigor metodológico as múltiplas dimensões que configuram a equidade. As análises não apenas desnudam os mecanismos de exclusão e opressão, mas também apontam caminhos para a formulação de políticas públicas que promovam o bem-estar coletivo, respeitando as especificidades culturais, sociais e históricas de cada contexto.

O percurso aqui traçado insere-se em um momento histórico marcado por crises globais de diversas naturezas – climática, sanitária, econômica e política – que escancaram as vulnerabilidades dos grupos mais marginalizados. Nesse cenário, a equidade emerge como princípio normativo capaz de orientar práticas e instituições em direção à transformação social. Ao abordar questões como a redistribuição de recursos, o reconhecimento de identidades e a participação democrática, esta obra dialoga com paradigmas contemporâneos da justiça social, promovendo um debate fecundo sobre os desafios éticos e práticos da implementação de políticas que priorizem os mais vulneráveis.

Além disso, a estrutura do livro foi concebida para permitir ao leitor uma experiência imersiva e didática. Dividida em três partes – fundamentos teóricos, análise de políticas públicas e estudos de caso –, a obra combina reflexões abstratas com exemplos concretos, proporcionando um equilíbrio entre teoria e prática. Essa abordagem não apenas enriquece o conteúdo, mas também amplia seu alcance, tornando-o relevante tanto para o público acadêmico quanto para gestores públicos, ativistas e formuladores de políticas.

Cabe ressaltar que a leitura de *Equidade: Ciências Sociais, Políticas Públicas e Justiça Social* não é apenas um exercício intelectual, mas um convite à ação. Que este livro inspire novas investigações, debates e iniciativas comprometidas com a superação das desigualdades e com a construção de um mundo mais inclusivo e solidário.

Boa leitura!

SUMÁRIO

Capítulo 1		
SAÚDE MENTAL EM TRABALHADORES ANTES, DURANTE E PÓS-SITUAÇÃO DE PANDEMIA NO BRASIL: CORRELATOS ENTRE APOIO ORGANIZACIONAL, VIRTUDES HUMANAS E TRANSTORNO EMOCIONAL	09	
<i>Nilton Soares Formiga; Juliana Bianca Maia Franco</i>		
<hr/>		
Capítulo 2		
FAMÍLIAS E GÊNERO: AGENDAS EM DEBATE	31	
<i>Alice Oliveira Dias</i>		
<hr/>		
Capítulo 3		
QUALIDADE DE VIDA DOS PAIS DE FILHOS AUTISTAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DAS REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO APOIO SÓCIO-HUMANO	54	
<i>Cláudia Gonçalves Matos Flores; Kamyla Das Neves Xavier; Maria Eduarda Santos da Silva; Márcia Cristiane de Souza Santos; Rafaella Lagreca Garrafa Cardoso; Nilton Soares Formiga</i>		
<hr/>		
Capítulo 4		
UM OLHAR ATENTO PARA O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS	69	
<i>Deborah Eduarda Costa da Silva; Lucilene Ferreira de Melo; Amanda Braga Cunha</i>		
<hr/>		
AUTORES	83	

Capítulo 1
**SAÚDE MENTAL EM TRABALHADORES ANTES,
DURANTE E PÓS-SITUAÇÃO DE PANDEMIA NO BRASIL:
CORRELATOS ENTRE APOIO ORGANIZACIONAL,
VIRTUDES HUMANAS E TRANSTORNO EMOCIONAL**

Nilton Soares Formiga
Juliana Bianca Maia Franco

SAÚDE MENTAL EM TRABALHADORES ANTES, DURANTE E PÓS-SITUAÇÃO DE PANDEMIA NO BRASIL: CORRELATOS ENTRE APOIO ORGANIZACIONAL, VIRTUDES HUMANAS E TRANSTORNO EMOCIONAL

Nilton Soares Formiga

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4907-9736>

Universidade Potiguar/

Ecosistemas Ânima, Brasil/

E-mail: nsformiga@yahoo.com

Juliana Bianca Maia Franco

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7566-2688>

Instituto Federal do Ceará - IFCE

E-mail: juliana_franco_@hotmail.com

RESUMO

Os constructos do Capital Psicológico e Suporte Organizacional tem sido um tema que propõem o resgate do valor das pessoas e suas implicações no ambiente laboral, com foco na ação motivada e as forças psíquicas dos trabalhadores destinadas a um melhor desempenho organizacional. O presente estudo tem como objetivo verificar a influência entre suporte organizacional, capital psicológico positivo e transtorno emocional comum (ansiedade, depressão e estresse) em trabalhadores antes, durante e após a pandemia de COVID. Participaram do estudo 450 trabalhadores (150 participantes, por período de coleta [antes, durante e depois do isolamento social de COVID-19]), de organizações públicas e privadas. Eles responderam a escala de suporte organizacional, capital psicológico positivo no trabalho e transtorno emocional em trabalhadores. Os resultados revelaram que as escalas utilizadas foram confiáveis nos três momentos de pesquisa e que, ao analisar a influência da percepção do suporte organizacional no capital psicológico positivo e no transtorno emocional comum em trabalhadores, durante os períodos antes, durante e depois do isolamento o modelo teórico se manteve,

mas, no após isolamento social, a relação do suporte e do capital psicológico foi, negativamente, muito maior no transtorno emocional. Frente aos resultados, é importante um apoio organizacional, para que possa haver uma contribuição maior para o desenvolvimento emocional do trabalhador e menor transtorno emocional.

Palavras-chaves: Suporte Organizacional; Capital Psicológico Positivo; Escala DASS-21; Trabalhadores; COVID-19.

INTRODUÇÃO

O ambiente de trabalho é direcionado por diversos contextos de mudanças, as quais: tecnológicas, socioeconômicas, políticas etc.; estas, por sua vez, tem exigido das organizações modifiquem estrategicamente sua forma de atuação para que se tornem mais eficientes e empreendedoras, de um lado, e ao mesmo tempo, mais receptivas às pressões institucionais para uma conduta mais ética e justa, por outro lado (Estevam, Formiga, Gibson, 2023; Souza *et al*, 2023).

A pandemia da COVID-19, causada pelo novo Coronavírus, à época, resultou em 6.646.562 mortes e 649.244.427 casos confirmados em todo o mundo entre janeiro de 2020 e dezembro de 2022. Devido à falta de tratamento e vacina, muitos governos implementaram medidas restritivas, como distanciamento social, *lockdowns* e fechamento de locais públicos para conter a propagação do vírus (Anderson *et al.*, 2020; Bedford *et al.*, 2020).

Nessa conjuntura, a perspectiva da gestão pessoas destaca que os chamados talentos humanos, podem desenvolver de forma atrativa e gerir a manutenção de competências prioritárias atendendo aos objetivos estabelecidos pela organização (Fleury, Fleury, 2004; Nunes, 2017; Mussa, Formiga, 2024); na concepção de Formiga e Souza (2019; Estevam *et al.*, 2022), é possível que dois tipos de atividades sejam geradas nas rotinas profissionais: a primeira são as atividades que são obrigatórias de acordo com a função que ocupam, pré-estabelecidas no contrato social e a segunda, são as atividades realizadas voluntariamente com intenção colaborativa com a organização e pares de iguais no ambiente de trabalho, que pode ser chamado de contrato psicológico.

As prioridades pessoais e os valores influenciam diretamente as ações das organizações; é neste sentido que, de acordo com Sawicki *et al.* (2022; Taylor, 2019), faz-se necessário destacar a importância da adaptabilidade cognitiva e os valores

humanos quanto precursores do comportamento empreendedor. Não apenas sugere o foco na qualidade de vida do trabalhador e da empresa, mas, também, a saúde geral de todos (Prado, 2005; Sobrinho; Porto, 2012; Bertencello; Borges-Andrade, 2015; Estivalet, Andrade, Faller, Stefanan, Souza, 2016).

Trata-se de uma condição urgente, justamente, por esse fenômeno apresentar uma certa 'invisibilidade' quanto as ocorrências, consequências emocionais e comportamentais preditivas, tendo em sua maioria, justificativas causais quanto elementos 'quase naturais' existentes nos ambientes laborais e na vida das pessoas, subestimando a magnitude e intensidade do problema (Estevam *et al.*, 2022; Fidelis *et al.*, 2022).

As consequências negativas do transtorno emocional na saúde dos trabalhadores e sobre a assistência prestada têm sido evidenciadas através de sintomas de estresse, baixa autoestima e desmotivação das vítimas (Edward, Ousey, Warelow, Lui, 2014; Batista, Campos, Reis, Schall, 2011; Hirschle, Gondim, 2020). Os transtornos psíquicos menores, também, têm sido associados às vítimas de violência no trabalho, são descritos por sintomas psiquiátricos não psicóticos, como: ansiedade, insônia, tristeza, fadiga, esquecimento, obstáculos de concentração, irritabilidade, queixas somáticas e até assédio moral (Vasconcellos, Griep, Lisboa, Rotenberg, 2012; Pai, Lautert, Souza, Marziale, Tavares, 2015; Formiga, Lima, Franco, Pereira, 2020).

O interesse geral deste estudo trata-se de relacionar constructos psicológicos pouco ou ainda não associados entre si; em consulta na base dos dados da produção científica em termos de um sistema avaliativo destinado à compreensão da relação organização-trabalhador, não foi encontrado nenhum registro na plataforma CAPES nos últimos 10 anos que abordassem diretamente os construtos aqui propostos. Neste sentido pretende verificar um modelo teórico, no qual, será avaliado o quanto ao suporte organizacional, capital psicológico positivo e o transtorno estresse, ansiedade e depressão em trabalhadores em momentos estariam associadas no momento antes, durante e pós-situação de pandemia no Brasil.

A partir da necessidade de compreender o quanto estas variáveis influenciam no bem-estar físico e psíquico do sujeito, surge a Psicologia Positiva, em que de acordo com Pires, Nunes e Nunes (2015; Ferreira, Lamas, 2020) é entendida como ciência que estuda os fatores que potencializam o desenvolvimento de aspectos positivos nos seres humanos, nos grupos e nas instituições relacionados a qualidade

de vida, esperança, bem-estar subjetivo, autoeficácia e outros. Perfaz uma abordagem que incentiva a busca pela felicidade autêntica, baseada em três dimensões: emoções positivas, engajamento e sentido (Scorsolini-Comin, Santos, 2019; Formiga, Sena et al., 2024).

A Psicologia Positiva propõe que a vida do indivíduo seja formada com elementos que contribuem para a felicidade do sujeito (Compton & Hoffman, 2019). O estudo de Ribeiro, Darosci e Silva (2018) e Silva e Tolfo, (2012) apresenta uma reflexão acerca do conceito de felicidade, em que os autores reportam em seus achados que o significado não deve estar associado apenas como sinônimo de bem-estar, mas deve ser compreendido como sentimentos predominantemente positivos, duradouros e socialmente construídos referentes a propósito de vida, sentidos e a significados atribuídos às suas existências materiais, relacionais e espirituais (cf. Formiga et al., 2019; Formiga et al., 2024; Oliveira, 2024); condições estas, que estaria inseridos no sistema e dinâmica organizacional, com vista ao apoio que a organiza oferece ao trabalhado, isto é, o suporte.

A Teoria de Suporte Organizacional propõe que os funcionários constroem uma percepção sistêmica a partir do conjunto das ações que a empresa possui em prol do bem-estar do trabalhador, assim como nas inter-relações com as políticas de reconhecimento e valorização da conduta profissional (Kurtessis *et al.* 2017; Formiga, Sena et al., 2024). O trabalhador desenvolve uma percepção positiva acerca da organização com base nos atos sinceros, intensos e frequentes que as manifestações de reconhecimento e aprovação ocorrem, assim como as formas de recompensas sociais e materiais frente aos esforços coletivos (Oliveira-Castro, Pilati & Borges-Andrade, 1999; Formiga et al., 2021; Nogueira & Oliveira, 2022; Formiga, Sena et al., 2024).

Ramadam *et al* (2022) admite que a Teoria do Suporte Organizacional contempla uma percepção positiva de suporte organizacional capaz de fortalecer os laços entre o colaborador e a organização, resultando em maior lealdade. Os estudos desses autores apontam que o suporte está relacionado com a conscientização das responsabilidades no trabalho, o envolvimento emocional expresso na organização e a disposição para inovar em prol da organização, mesmo na ausência de recompensas diretas.

Formiga, Paula e Silva (2022) afirmam que o suporte organizacional envolve trocas e benefícios mútuos entre os trabalhadores e a organização, com a

organização cumprindo obrigações legais, morais e financeiras em relação aos funcionários. Isso leva a um bom desempenho, comprometimento e resultados positivos por parte dos funcionários.

Entende-se que é crucial ter um suporte organizacional que abranja tanto a saúde emocional quanto a profissional, a fim de aumentar a produtividade e o desempenho no ambiente de trabalho explicam que as características do trabalho e a autoeficácia têm um impacto significativo no engajamento no trabalho, enquanto o suporte organizacional percebido não tem um efeito significativo por si só (Sulisty, Suhartini, 2019; Formiga *et al.* 2020). No entanto, quando combinados, o suporte organizacional e as características do trabalho têm um impacto significativo no engajamento no trabalho, capaz de desenvolver uma consciência de que a organização não é a única responsável pela saúde do funcionário como um todo, conduzindo o colaborador a um melhor investimento emocional laboral, no caso do presente estudo, um capital psicológico positivo.

O conceito de capital psicológico tem suas raízes nos estudos organizacionais positivos, que busca entender as características das pessoas e dos sistemas humanos em seu melhor desempenho. Isso resultou em uma mudança de foco na psicologia, com a inclusão de temas como esperança, otimismo, felicidade e criatividade em artigos e livros, destacando a ênfase nas virtudes e forças humanas (Nogueira, Oliveira, 2022; Formiga, Pereira, Estevam, 2020; Franco, Formiga, 2022).

Estudos teóricos e empíricos desenvolvidos por Geremias, Lopes Soares (2021) sugerem que o capital psicológico positivo é um conceito essencial emergente que influencia diversos resultados positivos. Ele envolve uma perspectiva otimista das circunstâncias e um aumento na probabilidade de sucesso, motivando as pessoas a se esforçarem e persistirem. De acordo com Bento *et al* (2023), o capital psicológico (PsyCap) tem conceitos emergentes que representam capacidades psicológicas positivas. Eles têm um impacto significativo na competitividade, no desempenho e na promoção de organizações saudáveis, identificando-se associações, diferenças e efeitos potenciais negativos de níveis elevados de PsyCap e proatividade em indivíduos.

Assim, o conceito de capital psicológico positivo elucidado por Bay, Er e Payli (2023) é baseado na psicologia positiva, que se concentra em três áreas: melhorar experiências, desenvolver traços de personalidade positivos e promover interações sociais. A psicologia positiva enfatiza a necessidade de comunidades e instituições

positivas. O capital psicológico é visto como um componente fundamental para o desempenho e competitividade das empresas. De acordo com os idealizadores, como Fred Luthans e colaboradores (cf. Formiga et al., 2019; Fidelis et al., 2022; Silva *et al*, 2023), o PsyCap representa uma evolução do capital nas organizações, baseando-se em virtudes humanas como recursos pessoais que interagem sinergicamente. Essa sinergia resulta em um todo maior do que as partes individuais. Neste sentido, neste capítulo pretende-se avaliar a relação entre suporte organizacional, capital psicológico positivo e transtorno emocional em trabalhadores antes, durante e após isolamento social.

MÉTODO

O estudo optou pela abordagem metodológica quantitativa, transversal, descritiva e correlacional. Quanto aos procedimentos, utilizou-se à pesquisa de levantamento de dados avaliando uma amostra da população buscando o conhecimento “direto” da realidade pesquisada.

Procedimentos e Técnica Da Pesquisa

Os respondentes foram convidados a participar voluntariamente, de forma anônima e privada, para responder ao questionário eletrônico. O convite foi feito por meio de e-mail, redes sociais e outras plataformas, de acordo com a disponibilidade de tempo e espaço físico de cada participante, tanto em seus locais de trabalho quanto fora deles. No momento de acessar o questionário, os participantes foram informados de que poderiam desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para si ou para o pesquisador. Um pesquisador, que possuía experiência prévia na condução de pesquisas, esteve disponível por e-mail e telefone celular, sem custos para os participantes, para esclarecer dúvidas ou solucionar possíveis dificuldades relacionadas ao instrumento.

Coleta de Dados

O método de coleta de dados utilizado foi o *survey*, com análise de estatísticas não paramétricas e relações de causalidade, esta última conduzida por meio da

Modelagem de Equações Estruturais (MEE) no modelo. A pesquisa adotou um método de amostragem não probabilística, incluindo apenas participantes que concordaram em participar e responderam integralmente ao questionário. Para garantir uma coleta de dados robusta e heterogênea, foi elaborado um planejamento que contemplasse diferentes períodos relacionados à pandemia, assegurando a diversidade dos participantes e áreas pesquisadas. As aplicações ocorreram nos seguintes momentos: antes da pandemia (julho de 2019), durante a pandemia (novembro de 2021) e após a pandemia (fevereiro de 2022).

Todos os procedimentos seguiram as diretrizes éticas para pesquisas com seres humanos definidos pelo Conselho Nacional de Saúde [CNS] e Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia [ANPEPP]. Os protocolos de pesquisa foram submetidos e aprovados pelo CONEP na Plataforma Brasil, sob os seguintes CAAEs: 83102917.2.0000.5296 (2019), 48983621.8.0000.5296 (2021) e 32211720.3.0000.8124 (2022).

O cálculo do tamanho amostral foi realizado utilizando o software G*Power 3.2 (Faul et al., 2007), considerando um nível de confiança de 95% ($p < 0,05$), uma magnitude de efeito amostral de $r \geq 0,50$ e um poder estatístico hipotético de $\pi \geq 0,80$. Esses critérios determinaram que uma amostra de 450 trabalhadores, composta por homens e mulheres e com mais de um ano de experiência, foi suficiente para os objetivos do estudo, restando indicadores estatísticos confiáveis: $t \geq 1,98$, $\pi \geq 0,97$, $p < 0,05$. Para avaliar a amostra em diferentes períodos (antes, durante e após o isolamento social) 150 participantes revelou ser uma amostra adequada para cada período, mantendo estatisticamente consistentes ($t \geq 1,98$, $\pi \geq 0,92$ [para cada período], $p < 0,05$).

Os critérios de inclusão adotados para os participantes foram: ser trabalhador ativo, vinculado a organizações públicas, privadas ou ambas, seja como prestador de serviços, contratado sob regime CLT ou profissional autônomo.

Instrumentos de Coleta de Dados

No que se refere aos instrumentos da pesquisa, foram utilizados os seguintes:

Escala de Percepção do Suporte Organizacional (EPSO): trata-se de uma escala composta por 9 itens, desenvolvida por Eisenberger *et al.* (1986) e adaptada e validada para o contexto brasileiro por Siqueira (1995). Esta medida tem por objetivo

avaliar o quanto as pessoas (que trabalham em organizações públicas e/ou privadas) percebem que a empresa tem uma preocupação com o bem-estar do empregado. No Brasil, nos estudos desenvolvidos por Formiga, Miranda, Araújo, Pastana e Mafra (2018), com trabalhadores em diferentes organizações na região brasileiras, revelou alfas próximos ao observado por Siqueira (1995) e estrutura fatorial que corrobora a proposta original.

Escala de Capital Psicológico Positivo no Trabalho (ECP). Trata-se de um instrumento elaborado por Luthans, Youssef e Avolio (2007; Luthans, 2002); neste estudo utilizou-se a forma reduzida para 12 itens (cf. Viseu, Jesus, Rus, Nunes, Lobo, Cara-Linda, 2012; Formiga, Pereira, Estevam, 2020) para o contexto português. Os itens descrevem um estado psicológico positivo com o objetivo para enfrentar e empregar o esforço necessário para alcançar sucesso em tarefas desafiadoras e é formada pelos fatores da auto-eficácia, esperança, resiliência e otimismo. As respostas foram indicadas numa escala tipo Likert variando de 1 = Discordo fortemente a 6 – Concordo fortemente.

Escala de Ansiedade, depressão e estresse (em inglês, DASS-21): trata-se de um instrumento que foi desenvolvido Lovibond e Lovibond (1995); constituído por 21 itens, distribuído num conjunto de três subescalas (ansiedade, depressão e estresse), respondida na escala tipo Likert que varia de 0 = não se aplica totalmente a 4 = aplica-se totalmente.

Questionário Sociodemográfico: questões relativas ao vínculo profissional, sexo, idade, qualificação profissional, tempo de serviço, etc.

Tratamento e Análise de Dados

No que se refere à análise dos dados, adotou-se a estatística descritiva, correlação de Pearson e de consistência interna, análise confirmatória e de modelagem estrutural e análise de variância (MANOVA).

RESULTADOS

Os dados coletados em três momentos em 2019, 2020 e 2022 passaram por uma análise referente a qualidade da amostra: na multicolinearidade entre as variáveis, as correlações corresponderam aos parâmetros definidos por Tabachnick e Fidell (2018), exigindo correlação $r \leq 0,90$, esta, variaram de 0,23 a 0,72 para amostra de 2019, de -0,17 a 0,76 em 2020 e de 0,16 a 0,84 em 2022, possibilitando o

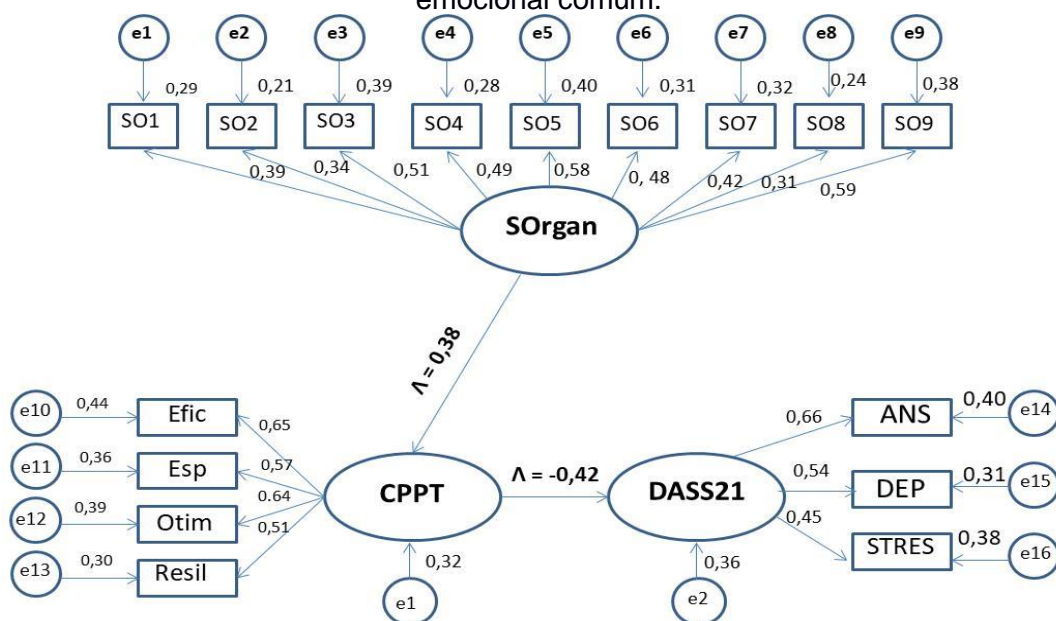
desenvolvimento de modelos correlacionais e preditivos com baixo erro de medida. Com o teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov (KS), os *outliers* multivariados na amostra apresentaram uma normalidade nos três períodos: n2019, K-S = 0,58, $p < 0,19$; n2020 K-S = 0,75, $p < 0,32$ e n2022 K-S = 0,37, $p < 0,23$ (Nascimento *et al*, 2014). Uma amostra total de 450 trabalhadores, tem a seguinte característica: a maioria do sexo feminino (59%), média de idade 37,26 anos (d.p. = 10,09), uma média de tempo de serviço de 15,6 anos (d.p. = 6,33), 48% eram do setor privado e 43% do setor público, 9% não informaram e 62% trabalham os dois turnos.

Considerando que as escalas já se encontraram validadas em amostras brasileiras de trabalhadores em estudos nos últimos cinco anos (cf. Formiga, Freire, Fernandes, 2019; Fidelis, Formiga, Fernandes, 2022; Formiga *et al.*, 2021), verificou-se a organização da invariância fatorial deles: a unifatorialidade da escala de percepção de suporte organizacional, a tetrafatorialidade do capital psicológico positivo no trabalho e a trifatorialidade da DASS-21. Através da análise fatorial confirmatória, deixando livre as covariâncias (ϕ , φ), os indicadores psicométricos corroboraram teórica e empiricamente as organizações fatoriais nos três períodos de coletas. Estes, foram adequados e todas as saturações (Lambdas, λ) estiveram dentro do intervalo esperado $|0 - 1|$, sem problemas da estimação proposta, sendo todas diferentes de zero ($t > 1,96$, $p < 0,05$), apresentando associações Lambdas positivas com escores superiores a 0,50. O cálculo de confiabilidade composta (CC) e da variância média extraída (VME), respectivamente, foram acima de 0,70 e 0,50 e o alfa de Cronbach $> 0,70$, corroborando a consistência interna das medidas. De forma geral, todas as medidas administradas revelaram a segurança em sua mensuração referente ao conceito e empiria (Hair *et al.*, 2010; Maroco, 2010).

A partir dos achados estatísticos, foi verificado o objetivo a influência da percepção do suporte organizacional sobre o capital psicológico positivo no trabalho e o transtorno emocional comum em trabalhadores no período antes, durante e depois do isolamento social pelo COVID-19. A partir da análise e modelagem de equação estrutural, considerou-se um modelo recursivo de equações estruturais quanto hipótese principal. Inicialmente, gerou-se o cálculo para o modelo geral, o qual, sem distinção dos três anos de coleta; com as devidas modificações nos ajustes de erro, o modelo proposto apresentou a seguinte razão estatística: $\chi^2/gf = 2,18$, RMR = 0,07, GFI = 0,94, AGFI = 0,97, CFI = 0,99 TLI = 0,99, RMSEA = 0,05 (0,03,09).

Na figura 1 são apresentados os escores Lambdas da associação entre os construtos, confirmando a predição esperada. Todas as saturações (Lambdas, λ) estiveram dentro do intervalo esperado $|0 - 1|$ não existindo problemas de erro na medida, com todas às associações significativas e diferentes de zero ($t > 1,96$, $p < 0,05$). O **Sorgan** se associou positivamente ao **CPPT**, com esta última variável associada, negativamente, ao **DASS21**.

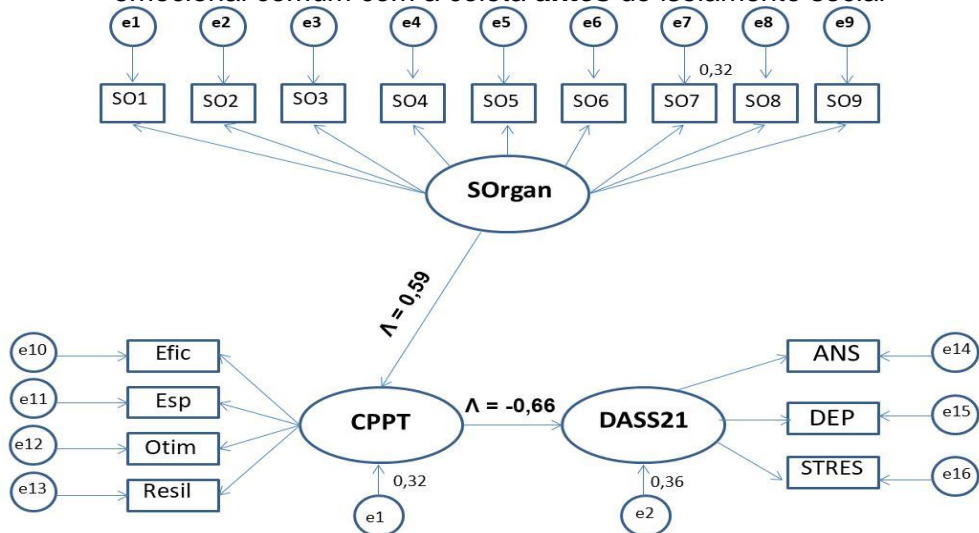
Figura 1 - Representação gráfica da predição das variáveis em função do transtorno emocional comum.



Tendo confirmado o modelo teórico para a amostra total, gerou-se semelhante análise estatística para as especificidades amostrais. Na figura 2, 3 e 4, estão expostos os escores da associação Lambda entre os construtos, observando todas as saturações (Lambdas, λ) no intervalo esperado $|0 - 1|$, com às associações atendendo a estes critérios: $t > 1,96$, $p < 0,05$. Nas três etapas de coleta (antes, durante e após isolamento social), o **Sorgan** se associou positivamente ao **CPPT**, com esta última variável associada, negativamente, ao **DASS21** com indicadores psicométricos correspondentes a literatura estatística e os Lambdas $> 0,30$ (Hair et al., 2009; Van de Vijver, Leung, 1997), a saber: Antes do isolamento social do COVID-19: $\chi^2/gf = 2,76$, RMR = 0,05, GFI = 0,95, AGFI = 0,98, CFI = 0,99 TLI = 1,00, RMSEA = 0,03 (0,01,05); Durante o isolamento social do COVID-19: $\chi^2/gf = 2,09$, RMR = 0,04, GFI = 0,96, AGFI = 0,99, CFI = 0,99 TLI = 0,99, RMSEA = 0,05 (0,03,09) e Após o

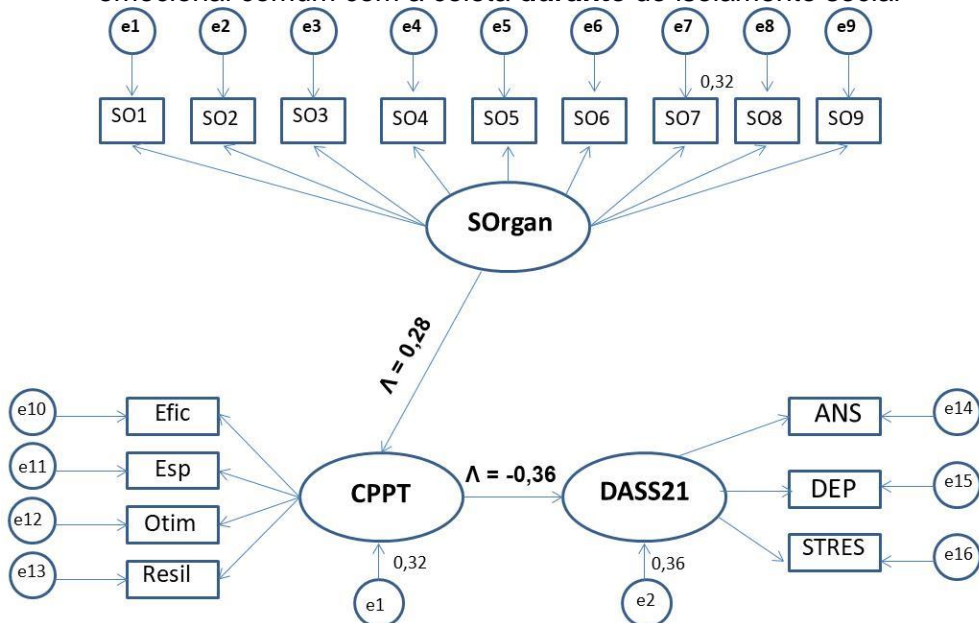
isolamento social do COVID-19 $\chi^2/gf = 1,94$, RMR = 0,02, GFI = 0,98, AGFI = 0,99, CFI = 0,99 TLI = 1,00, RMSEA = 0,03 (0,00-0,04).

Figura 2 - Representação gráfica da predição das variáveis em função do transtorno emocional comum com a coleta **antes** do isolamento social



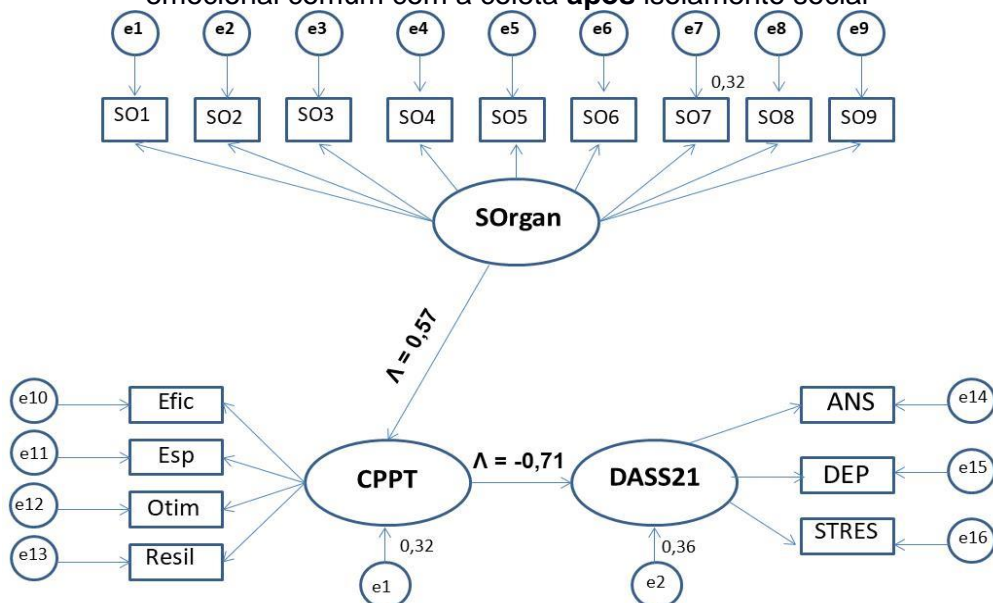
Notas: SOrgan = Percepção do Suporte Organizacional; CPPT = Capital Psicológico Positivo no Trabalho; DASS21 = Transtorno emocional comum (ansiedade, depressão e estresse).

Figura 3 - Representação gráfica da predição das variáveis em função do transtorno emocional comum com a coleta **durante** do isolamento social



Notas: SOrgan = Percepção do Suporte Organizacional; CPPT = Capital Psicológico Positivo no Trabalho; DASS21 = Transtorno emocional comum (ansiedade, depressão e estresse).

Figura 4 - Representação gráfica da predição das variáveis em função do transtorno emocional comum com a coleta **após** isolamento social



Notas: SOrgan = Percepção do Suporte Organizacional; CPPT = Capital Psicológico Positivo no Trabalho; DASS21 = Transtorno emocional comum (ansiedade, depressão e estresse).

Destacam-se as influências entre as variações no modelo teórico proposto aponta para novas abordagens na gestão de recursos humanos nas organizações, particularmente no que se refere a práticas que promovem um comportamento organizacional mais positivo, estimulam e mantêm a satisfação e a saúde dos trabalhadores. Neste cenário, Formiga, Freire, Azevedo, Nascimento, Franco, Oliveira, Prochazka, Grangeiro (2021) explicaram a confirmação de situações alternativas, que sugere que o suporte organizacional tem um papel significativo na explicação das expectativas de futuro, quando mediado pelo capital psicológico positivo.

DISCUSSÃO

De forma geral, os indicadores estatísticos demonstraram que as escalas usadas no estudo apresentaram bons escores alfas e são estatisticamente significativos. Confirma a confiabilidade dos instrumentos em relação ao construto e à medida, tornando segura a avaliação relacionado ao suporte organizacional, capital psicológico positivo e transtorno emocional leve antes, durante e depois do isolamento social.

Assim, ao relacionar os construtos psicológicas, os quais, pouco explorados com base na linearidade da avaliação do fenômeno do Covid em diferentes momentos sociais com base no binômio organização-trabalhador, encontrou-se apenas o estudo de Estevam, Formiga, Franco, Bonifácio, Ferreira, Costa, Ferreira, Pereira, (2022) que estabeleceram o tema em questão concentrado numa amostra de enfermeiros antes do isolamento social na cidade de Natal-RN, destacando uma relação positiva entre o suporte organizacional, capital psicológico positivo e saúde geral.

Estudos teóricos e empíricos têm sustentado a ideia de que o PsyCap (Capital Psicológico) é uma construção emergente essencial associada a diversos resultados positivos. Este construto favorece uma avaliação importante na probabilidade de sucesso laboral, destacando o esforço e a perseverança como motivadores significativos. O PsyCap, portanto, desempenha um papel fundamental na promoção de atitudes positivas e no impulso da motivação (Franco & Formiga, 2022; Nogueira & Oliveira, 2022).

Com relação ao capital psicológico, evidenciados por Pincheira e Garcés (2023) no contexto organizacional, destaca-se pela sua relação com a redução do absenteísmo e o aumento do comprometimento e desempenho no trabalho. Este recurso positivo contribui para o bem-estar ao atenuar os efeitos de depressão e ansiedade entre os trabalhadores. Além disso, o capital psicológico positivo desempenha um papel crucial como moderador entre o clima organizacional e o desempenho, saciado como um protetor contra os efeitos adversos do esgotamento laboral.

Geremias, Lopes e Soares (2021) explicam que aqueles trabalhadores com altos níveis de capital psicológico lidam de maneira mais eficaz com erros, falhas e contratemplos, não permitindo que desafios os impeçam de atingir altos níveis de desempenho. Esses fatores incentivam os indivíduos a buscarem abordagens relevantes para definir claramente seus objetivos e procedimentos. O capital psicológico também desempenha um papel crucial na revelação de fatores psicológicos individuais associados ao processo de estruturação durante o isolamento social.

Nesta mesma perspectiva, Bento, Silva, Pais e Rebelo dos Santos, (2023) explicam que os componentes do Capital Psicológico (PsyCap) são conceitos psicológicos emergentes que representam capacidades positivas, exercendo impacto na competitividade, no desempenho e na construção de organizações mais

saudáveis. Os resultados destacam as relações entre o Suporte Organizacional e os elementos do PsyCap (Autoeficácia, Esperança, Resiliência e Otimismo), pois ambos estão associados à positividade, desempenho, persistência e adaptação a incertezas ambientais. Essas relações ocorrem diretamente e indiretamente por meio de construções como feedback, engajamento, adaptabilidade, felicidade e liderança. Essa interconexão evidencia a importância do PsyCap no contexto organizacional e suas implicações para o desenvolvimento de ambientes de trabalho mais positivos e eficazes.

Em uma abordagem quantitativa, Pires Junior, Venelli-Costa, Sanematsu e Vieira (2021) observaram que as variáveis Percepção de Suporte Organizacional e Capital Psicológico têm impacto positivo na redução de doenças mentais. Notavelmente, a Percepção de Suporte Organizacional apresenta um impacto maior do que o Capital Psicológico nesse contexto específico. Esses resultados evidenciaram a relevância dessas variações na promoção da saúde mental no ambiente de trabalho, com implicações significativas para práticas organizacionais e orientações.

Vujčić *et al* (2021), também avaliou o impacto da epidemia de COVID-19 na saúde mental da população trabalhadora sérvia durante o estado de emergência e bloqueio. Os autores avaliaram os níveis de depressão, ansiedade e estresse e dos 1.057 participantes, 28,9%, 36,9% e 38,1% relataram sintomas moderados a graves de depressão, ansiedade e estresse, respectivamente. Fatores como desconforto com notícias da COVID-19, sentimentos de desamparo, probabilidade percebida de morte iminente e presença de sintomas da COVID-19 foram associados a avanços mais elevados nessas condições. A idade avançada foi associada a menor ansiedade e estresse, e um status socioeconômico mais elevado foi relacionado a níveis mais baixos de depressão, ansiedade e estresse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa explorou não apenas a qualidade empírica das medidas (isto é, as escalas) psicológicas, mas, também, as relações entre as variáveis em três momentos específicos experienciados na sociedade (por exemplo, antes, durante e depois do isolamento social da pandemia do COVID-19). Notou-se com estes resultados, o quanto essa o fenômeno avaliado em distintas situacionalidades foi responsável por

uma mudança direta ou indireta no comportamento organizacional, conduzindo o trabalhador, na sua autoavaliação do quanto a empresa ou organização tem a sua importância no desenvolvimento do suporte organizacional e, também, no desenvolvimento individual para a construção, elaboração e manutenção do investimento emocional laboral, o qual, estabelecido pelo capital psicológico positivo, é capaz de influenciar o comportamento de redução de transtornos emocionais leves (por exemplo, ansiedade, depressão e estresse) no decorrer destes eventos de saúde pública.

Sobre os modelos teóricos estabelecidos, estes, foram viáveis e destacaram, justamente, o quanto é importante um apoio organizacional (neste caso, leia-se suporte organizacional) para que o trabalhador possa aplicar no seu contexto laboral um desenvolvimento benéfico de suas emoções e organização psicológica; acompanha-se também, a evolução destas variáveis, comprovando que as organizações são cruciais para o desenvolvimento da percepção do trabalhador referente a preocupação delas para melhoria de uma produtividade saudável.

É de fundamental importância que as organizações e os seus colaboradores, não apenas adotem na estrutura e funcionalidade organizacional maior investimento humano e social no ambiente de trabalho. As direções teóricas e empíricas deste estudo permitem para ambos os 'extremos' uma perspectiva de propósito e sentido laboral mais amplo, muito além da lucratividade e produtividade, direcionando para melhoria de um ecossistema organizacional para um ambiente mais emocionalmente sustentável.

Conclui-se o quanto se faz necessário, numa análise mais profunda, uma mudança paradigmática referente as práticas organizacionais em relação a saúde do trabalhador, condição a qual, demonstra a necessidade de um trabalhador em constante conscientização dos processos interpessoais nas organizações, em especial, relacionado ao seu papel funcional de cuidado consigo no ambiente laboral, pois, este poderá influenciar na forma com que eles venha agir na sociedade e na família; afinal, trabalhador saudável, sistema social não adoecido!

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, R. M. et al. How will country-based mitigation measures influence the course of the COVID-19 epidemic? *The Lancet*, v. 395, n. 10228, p. 931-934, 2020. DOI: 10.1016/S0140-6736(20)30567-5.
- BATISTA, C. B.; CAMPOS, A. de S.; REIS, J. do C.; SCHALL, V. T. Violência no trabalho em saúde: análise em unidades básicas de saúde de Belo Horizonte, Minas Gerais. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 9, n. 2, p. 295–317, 2011. DOI: 10.1590/S1981-77462011000200008.
- BAY, M.; ER, Y.; PAYLI, M. O efeito mediador do capital psicológico positivo na determinação dos tipos de atividades de lazer do clima ético: uma aplicação na Karamanoğlu Mehmetbey University. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, v. 12, n. 2, p. 367–395, 2023. DOI: 10.5585/podium.v12i2.22767.
- BEDFORD, J. et al. COVID-19: Towards controlling of a pandemic. *The Lancet*, v. 395, n. 10229, p. 1015-1018, 2020. DOI: 10.1016/S0140-6736(20)30673-5.
- BELITSKI, M. et al. Economic effects of the COVID-19 pandemic on entrepreneurship and small businesses. *Small Business Economics*, v. 58, n. 2, p. 593-609, 2022. DOI: 10.1007/s11187-021-00544-y.
- BENTO, A.; SILVA, N.; PAIS, L.; REBELO DOS SANTOS, N. Proatividade e capital psicológico: Uma revisão integrativa da produção científica. *Revista CES Psicologia*, v. 16, n. 1, p. 1-25, 2023. DOI: 10.21615/cesp.6069. Acesso em: 12 out. 2023.
- BERTONCELLO, B.; BORGES-ANDRADE, J. E. Relações entre suporte organizacional e saúde mental do trabalhador. *Revista Laborativa*, v. 4, n. 2, p. 85-102, 2015. DOI: 10.1016/S0140-6736(20)30673-5.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- COMPTON, W. C.; HOFFMAN, E. *Positive psychology: The science of happiness and flourishing*. SAGE Publications, 2019.
- EDWARD, K.-L.; OUSEY, K.; WARELOW, P.; LUI, S. Nursing and aggression in the workplace: A systematic review. *British Journal of Nursing*, v. 23, p. 653-659, 2014. DOI: 10.12968/bjon.2014.23.12.653.
- ESTEVAM, I. D.; FORMIGA, N. S.; FRANCO, J. B. M.; BONIFÁCIO, É. D. N. C.; FERREIRA, S. V.; COSTA, E. L. da; FERREIRA, M. C.; PEREIRA, J. F. Um estudo preditivo sobre apoio organizacional e capital psicológico no trabalho em relação ao transtorno emocional durante o período de isolamento da COVID-19. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 7, p. e38911729883, 2022. DOI: 10.1590/S0102-311X2004000100035.

ESTEVAM, I. D.; FORMIGA, N. S.; GIBSON, M. L. S. G. Replicação do modelo mediacional entre suporte organizacional, capital psicológico e saúde geral em profissionais da saúde durante a pandemia da COVID-19 no Rio Grande do Norte. *Revista Brasileira de Previdência*, v. 14, n. 1, p. 254-282, 2023. DOI: 10.21902/rbp.v14i1.7214.

ESTIVALETE, V. et al. Suporte social e suporte organizacional como antecedentes do bem-estar no trabalho: a perspectiva de colaboradores de uma empresa de logística ferroviária. *Revista de Administração*, v. 14, n. 2, p. 31-56, 2016. DOI: 10.15600/1679-5350/rau.v14n2p31-56.

FAUL, F. et al. G* Power 3: A flexible statistical power analysis program for the social, behavioral, and biomedical sciences. *Behavior Research Methods*, v. 39, n. 2, p. 175-191, 2007. DOI: 10.1007/s11187-021.

FERREIRA, P. C.; LAMAS, K. C. A. Aplicações da Psicologia Positiva no Desenvolvimento Infantil: Uma Revisão de Literatura. *Psico-USF*, v. 25, n. 3, p. 493-505, 2020. DOI: 10.1590/1413-82712020250308.

FIDELIS, A. C. F.; FORMIGA, N. S.; FERNANDES, A. J. Valores métricos e invariância fatorial da medida de capital psicológico positivo em trabalhadores hospitalares brasileiros e portugueses. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 4, p. e45511427713, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i4.27713.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. *Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira*. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2004.

FORMIGA, N. S. et al. Correlatos entre o suporte organizacional, capital psicológico no trabalho e expectativa de futuro: um estudo com trabalhadores brasileiros. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 6, p. 155963486, 2020.

FORMIGA, N. S.; SENA, A. C.; SANTIAGO, F. P.; SENA, J. V. Verification of a mediational theoretical model between organizational support, knowledge management and positive psychological capital in workers in the state of Rio Grande do Norte. *Seven Editora*, p. 1-31, 2024. Disponível em: <https://sevenpublicacoes.com.br/editora/article/view/6038>.

FORMIGA, N. S.; SOUZA, I. M. A saúde laboral em trabalhadores administradores: uma explicação interacional entre variáveis macro, meso e micro-organizacional no Rio Grande do Norte, Brasil. *Novas Edições Acadêmicas*, 2019.

FORMIGA, N. S.; BESERRA, T. K. P.; FRANCO, J. B. M.; LIMA, R. O. de O.; ESTEVAM, I. D. Percepção do suporte organizacional e do capital social em trabalhadores em tempo de pandemia. *Psicologia Revista*, v. 33, n. 2, p. 323-350, 2024. DOI: 10.23925/2594-3871.2024v33i2p323-350. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/60787>.

FORMIGA, N. S.; FRANCO, J. B. M.; OLIVEIRA, H. C. C.; AZEVEDO, I. de M.; MATOS, L. A.; PEREIRA, T. M. da F.; SILVA, F. da. Prediction of emotional disorder

in workers from organizational support and workplace bullying. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 7, p. e34010716720, 2021.

FORMIGA, N. S.; FRANCO, J. B. M.; OLIVEIRA, H. C. C.; PROCHAZKA, G. L.; BESERRA, T. K. P.; VALIN, C. G. P.; GRANGEIRO, S. R. A.; NASCIMENTO, R. L. Factorial invariance, sensitivity and differences of the measure of anxiety, stress and depression in Brazilian workers. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 7, p. e26910715572, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i7.15572.

FORMIGA, N. S.; FREIRE, B. G. O.; AZEVEDO, I. de M.; NASCIMENTO, R. L.; FRANCO, J. B. M.; OLIVEIRA, H. C. C.; PROCHAZKA, G. L.; GRANGEIRO, S. R. A. Apoio organizacional, psicológico, capital no trabalho e expectativa de futuro nos trabalhadores brasileiros. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 3, p. e27510313352, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v11i4.27713.

FORMIGA, N. S.; LIMA, E. A. de S. A.; FRANCO, J. B. M.; PEREIRA, C. G. A measure of bullying at work: Factorial structure and invariance in different labor areas in Brazil. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 4, p. e147943005, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i4.3005. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3005>. Acesso em: 4 nov. 2024.

FORMIGA, N. S.; PAULA, N. H. M. M.; SILVA, A. K. L. Suporte organizacional e danos relacionados ao trabalho: um estudo correlacional com trabalhadores brasileiros. *Revista de Carreiras e Pessoas*, v. 12, n. 1, p. 280-302, 2022.

FORMIGA, N. S. et al. Suporte organizacional, engajamento e espiritualidade no trabalho: verificação empírica de um modelo teórico concorrente em organizações brasileiras. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, São Paulo, v. 39, n. 97, p. 247-259, dez. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2019000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 jan. 2025.

FRANCO, J. B. M.; FORMIGA, N. S. Cultura organizacional, capital psicológico positivo e transtorno emocional em trabalhadores de organizações públicas e privadas nas cidades de Natal-RN e João Pessoa-PB. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, São Paulo, v. 42, n. 102, p. 82-95, jun. 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2022000100009&lng=pt&nrm=iso.

GEREMIAS, R. L.; LOPES, M. P.; SOARES, A. E. Influência do capital psicológico na aprendizagem interna em equipes: Papel mediador da estrutura percebida da equipe. *Revista de Administração de Empresas*, v. 61, n. 4, 2021. DOI: 10.1590/S0034-759020210405x.

GITELMAN, Suely. Assédio moral. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz (Coords.). *Enciclopédia Jurídica da PUC-SP*. Tomo: Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. MANUS, Pedro Paulo Teixeira; GITELMAN, Suely (Coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/337/edicao-1/assedio-moral>.

HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. *Análise multivariada de dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

KURTESSIS, J. N.; EISENBERGER, R.; FORD, M. T.; et al. Suporte organizacional percebido: uma avaliação meta-analítica da teoria do suporte organizacional. *Journal of Management*, v. 43, p. 1854-1884, 2017. DOI: 10.1177/0149206315575554. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0149206315575554>.

LOVIBOND, P. P.; LOVIBOND, S. H. The structure of negative emotional states: Comparison of the Depression Anxiety Stress Scales (DASS) with the Beck Depression and Anxiety Inventories. *Behaviour Research and Therapy*, v. 33, n. 1, p. 335-342, 1995. DOI: 10.1016/0005-7967(94)00075-U. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/0005-7967\(94\)00075-U](http://dx.doi.org/10.1016/0005-7967(94)00075-U).

LUTHANS, F. Positive organizational behavior: developing and managing psychological strengths. *Academy of Management Executive*, v. 16, n. 1, p. 57-72, 2002. DOI: 10.5465/AME.2002.6640181.

MARÔCO, J. *Análise de equações estruturais*. Lisboa: Report Number, 2010.

NASCIMENTO, D. C.; TIBANA, R. A.; FERREIRA, G. M.; PRESTES, J. Testes de normalidade em análises estatísticas: uma orientação para praticantes em ciências da saúde e atividade física. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, v. 14, n. 2, p. 73-77, 2014.

NOGUEIRA, A. P. S.; OLIVEIRA, Á. de F. Impacto da percepção de suporte organizacional e capital psicológico no bem-estar no trabalho. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, e238418, 2022. DOI: 10.1590/1982-3703003238418. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003238418>.

NUNES, A. L. P. F. *As pessoas como talentos na organização*. 2017.

PAI, D. D.; et al. Violência, burnout e transtornos psíquicos menores no trabalho hospitalar. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 49, n. 3, p. 460-468, 2015. DOI: 10.1590/S0080-623420150000300014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420150000300014>. Acesso em: 4 nov. 2024.

PEREIRA, G. A.; FORMIGA, N. S.; ESTEVAM, I. D. *Organização, trabalho e saúde: suporte organizacional, capital psicológico no trabalho e saúde geral em enfermeiros de um hospital público*. Montreal: Novas Edições Acadêmicas, 2019.

PIRES, J. G.; NUNES, C. H. S. S.; NUNES, M. F. O. Instrumentos baseados em psicologia positiva no Brasil: uma revisão sistemática. *Psico-USF*, v. 20, n. 2, p. 287-295, 2015. DOI: 10.1590/1413-82712015200209.

PRADO, C. G. *Investigando a saúde mental: as relações entre suporte organizacional, satisfação e sentimentos de prazer e sofrimento no trabalho*. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

RAMINELLI, F. P. O assédio moral no ensino superior. *Revista de Pesquisa e Educação Jurídica*, v. 8, n. 1, 2022. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2525-9636/2022.v8i1.8705.

RIBEIRO, S.; DAROSCI, A.; SILVA, N. Significados de felicidade orientados pela psicologia positiva em organizações e no trabalho. *Psicología desde el Caribe*, v. 35, n. 1, p. 60-80, 2018.

SAWICKI, A. J.; et al. The fear of COVID-19 scale: Its structure and measurement invariance across 48 countries. *Psychological Assessment*, v. 34, n. 3, p. 294-310, 2022. DOI: 10.21865/RIDEP68.2.12.

SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. Psicologia positiva e os instrumentos de avaliação no contexto brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 23, n. 3, p. 440-448, 2019. DOI: 10.1590/1413-82712015200209.

SILVA, N.; TOLFO, S. R. Trabalho significativo e felicidade humana: explorando aproximações. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, v. 12, n. 3, p. 341-354, 2012.

SILVA, S. S.; BORGES, L. O.; BARBOSA, S. C. Bem-estar no trabalho. In: BENDASSOLLI, Pedro F.; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo (Org.). *Dicionário de psicologia do trabalho e das organizações*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015. p. 129-138.

SOBRINHO, F. R.; PORTO, J. B. Bem-estar no trabalho: um estudo sobre suas relações com clima social, coping e variáveis demográficas. *Revista De Administração Contemporânea*, v. 16, n. 2, p. 253–270. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552012000200006>

SOUZA, G. H. I.; et al. Expectativas empresariais frente ao início da pandemia da COVID-19: evidências empíricas no Brasil. *Revista REGEPE de Empreendedorismo e Pequenas Empresas*, v. 12, n. 2, p. 1-12. 2023.

SULISTYO, A. R.; SUHARTINI, S. The role of work engagement in moderating the impact of job characteristics, perceived organizational support, and self-efficacy on job satisfaction. *Integrated Journal of Business and Economics*, v. 3, n. 1, p. 15-31, 2019. DOI: 10.33019/ijbe.v3i1.112.

TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. *Using multivariate statistics*. 4th ed. Boston: Allyn and Bacon, 2001.

TAYLOR, S. *The psychology of pandemics: Preparing for the next global outbreak of infectious disease*. Newcastle upon Tyne, UK: Cambridge Scholars Publishing, 2019.

VASCONCELLOS, I.; et al. Violência no cotidiano de trabalho de enfermagem hospitalar. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 25, n. especial 2, p. 40-47, dez. 2012. DOI: 10.1590/S0103-21002012000900007.

VISEU, J.; et al. Capital psicológico e sua avaliação com o PCQ-12. *Revista Ecos - Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, v. 1, n. 2, p. 35-42, 2012.

Capítulo 2
FAMÍLIAS E GÊNERO: AGENDAS EM DEBATE
Alice Oliveira Dias

FAMÍLIAS E GÊNERO: AGENDAS EM DEBATE

Alice Oliveira Dias

Graduanda do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). alice.dias@ufam.edu.br

RESUMO

O presente artigo é resultado do projeto de iniciação científica (PIBIC/UFAM 2023-2024), e buscou refletir sobre as concepções de Famílias e Gênero, a partir de produções no campo sociopolítico, jurídico, religioso e do Serviço Social. As referidas categorias são objetos de intenso debate na contemporaneidade, especialmente no âmbito social, jurídico e religioso. O Estado apresenta-se como um espaço de conflito entre movimentos sociais e grupos religiosos, visto que configura principal responsável por garantir políticas públicas, e depara-se com reivindicações que envolvem questões de família e gênero. A presente pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico e documental, que perpassou as seguintes inquietações: O que é família? O que se compreende por gênero na atualidade? Quem tem autoridade para legitimá-las? Quais são as concepções de família e gênero para o Estado, a religião e a sociedade? As categorias de família e gênero por muito tempo se fundamentavam como componentes biológicos, apresentando conceitos e variações conforme o contexto sociocultural. Enquanto a família se retratava como uma instituição natural, o gênero, estava associado às diferenças sexuais (físicas e biológicas) entre o homem e a mulher, sendo determinante para atribuir as distinções entre o sexo feminino e o masculino. Na modernidade, questões como afetividade e identidade de gênero recebem maior visibilidade para a promoção dos direitos, embora ainda predomine a perspectiva determinista biológica no ordenamento jurídico brasileiro. No interior desse debate, a produção do Serviço Social analisada compreende a defesa da diversidade sexual e familiar como essencial para o reconhecimento de direitos ao romper com princípios moralistas. A razão das concepções de famílias e gênero permanecerem como teor de discussão se justifica, principalmente, pelas reivindicações apresentadas no âmbito das políticas públicas, palco de disputa política e de poder, consolidando um profundo debate que trata da legitimidade das concepções de ambas categorias.

Palavras-chave: Famílias. Gênero. Sexo. Concepções. Serviço Social.

ABSTRACT

This article is the result of a scientific initiation project (PIBIC/UFAM 2023-2024) and sought to reflect on the concepts of Families and Gender, based on productions in the sociopolitical, legal, religious and Social Service fields. These categories are the subject of intense debate in contemporary times, especially in the social, legal and religious spheres. The State presents itself as a space of conflict between social movements and religious groups, since it is primarily responsible for guaranteeing public policies, and is faced with demands involving family and gender issues. This research is a bibliographic and documentary study, which addressed the following concerns: What is family? What is understood by gender today? Who has the authority to legitimize them? What are the concepts of family and gender for the State, religion and society? The categories of family and gender were for a long time based on biological components, presenting concepts and variations according to the sociocultural context. While the family was portrayed as a natural institution, gender was associated with sexual differences (physical and biological) between men and women, and was a determining factor in attributing distinctions between the female and male sexes. In modern times, issues such as affection and gender identity have gained greater visibility for the promotion of rights, although the biological deterministic perspective still predominates in the Brazilian legal system. Within this debate, the analyzed Social Service production understands the defense of sexual and family diversity as essential for the recognition of rights by breaking with moralistic principles. The reason for the concepts of families and gender remaining as a topic of discussion is justified, mainly, by the demands presented in the context of public policies, a stage for political and power disputes, consolidating a profound debate that addresses the legitimacy of the concepts of both categories.

Keywords: Families. Gender. Sex. Conceptions. Social Work.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata-se de resultado do projeto de iniciação científica¹ (PIBIC/UFAM 2023-2024), tendo como tema “Famílias e Gênero: agendas em debate”. O estudo objetivou refletir sobre as concepções de famílias e gênero, a partir de produções no campo sociopolítico, jurídico, religioso e do Serviço Social.

O debate acerca das referidas categorias e suas concepções tem se intensificado na contemporaneidade, especialmente no âmbito social, jurídico,

¹ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), uma modalidade de pesquisa que visa proporcionar aos discentes de graduação a participação na vida científica e a formação de futuros pesquisadores.

religioso e nas produções científicas. Observa-se uma disputa ideológica sobre o reconhecimento e a legitimidade acerca de família e gênero, apresentando-se o Estado como um espaço de conflito entre movimentos sociais (feministas e LGBTQIAPN+) e grupos religiosos, visto que este é considerado responsável por proteger e garantir políticas públicas a família, e depara-se com reivindicações de tais movimentos que requerem o atendimento de suas demandas.

Para Fernandez (2021), a família apresenta constantes transformações nas suas configurações, conforme as mudanças sociais, e os diversos modelos familiares visualizados no contexto social disputam espaços e reconhecimento no campo civil, político e jurídico. Temos a título de exemplo, a família homossexual que enfrenta resistência no corpo social por não ser considerada o modelo familiar de referência.

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277, designou a equiparação da união estável formado por um homem e uma mulher à união constituída por pessoas do mesmo sexo (homossexuais), a fim de que “possa ser reconhecida como entidade familiar apta a merecer a proteção estatal (...) entendida esta como sinônimo perfeito de família” (Lima, 2018). No entanto, tal reconhecimento não significa aceitação do modelo familiar (ou dos diversos modelos existentes) pela sociedade, mas que há o conhecimento que tais configurações familiares existem e estão presentes em diversos contextos (Oliveira (2009).

Além disso, questões sobre a educação da afetividade² e da sexualidade³, e conseqüentemente gênero, tornam-se assuntos de discussão na contemporaneidade. Segundo a visão antropológica cristã, tais componentes tornam-se essenciais para a construção identitária do indivíduo e do processo educativo, devendo ser abordadas de forma moderada e adequada, com o intuito de orientar o indivíduo para “a plenitude da sua identidade sexual no contexto da vocação ao dom de si” (Congregação para a Educação Católica, 2019, p.17). Do ponto de vista cristão, há o reconhecimento da complementaridade dos dois sexos (masculino e feminino) como forma de corresponder ao chamado de Deus considerando aspectos biológicos, afetivos, sociais e espirituais.

² Conjunto de fatores psíquicos experimentados e vivenciados na forma de emoções.

³ “Componente fundamental da personalidade, um próprio modo de ser, de se manifestar, de comunicar com os outros, de sentir, de se exprimir e de viver o amor humano” (Congregação para a Educação Católica, 2019, p.4). Portanto, trata-se do conjunto de comportamentos que se referem à satisfação da necessidade e do desejo sexual.

Com o decorrer do processo sócio-histórico, surgem novas concepções acerca de sexo e gênero, influenciando a dinâmica das relações sociais. Ambas eram utilizadas anteriormente como sinônimos para se referir as categorias masculina e feminina, segundo o sexo biológico designado no nascimento. De acordo com Ferreira (2018), a noção de gênero enquanto uma construção sociocultural surge do debate do movimento feminista que compreendia o termo como explicativo, descritivo e analítico das relações baseadas no “sexo”, possibilitando visualizar formas de opressão e desigualdades sociais fundamentadas sobre o termo. A identidade de gênero seria constituída por um conjunto de valores morais e normas estabelecidas no contexto social para definir as relações de poder entre o homem e a mulher, que se estabelece principalmente na família.

Segundo Alves e Horst (2023), a inserção da discussão acerca da temática diversidade sexual e de gênero no Serviço Social brasileiro se apresenta de maneira tardia, embora tais temas se classifiquem “recentes”, não o é no cotidiano do trabalho profissional. Com o engajamento da categoria no enfrentamento à violência contra mulher, pauta fundamental do movimento feminista brasileiro, o serviço social insere a discussão de gênero na sua formação profissional concomitante às lutas das mulheres (Ferreira, 2018).

Apesar do debate acerca do gênero surgir com o movimento feminista, a discussão do tema não limitou-se apenas ao debate sobre mulheres, visto que relaciona-se e abrange o tema das masculinidades, feminilidades, da homossexualidade e das identidades trans. Dessa forma, demandas relacionadas ao gênero passam a ganhar um novo significado, que abrange não somente a defesa e os direitos das mulheres, mas as reivindicações da população LGBTQIAPN+, em razão da identidade e expressão de gênero e da orientação sexual.

Portanto, na atualidade se visualiza um intenso debate sobre gênero que perpassa o cenário social, político, educacional, jurídico e religioso, e que se articula com a discussão sobre família. Necessário mencionar que família e gênero são categorias ditas ora como uma construção sociocultural, ora se limitam a origem biológica, sendo, desse modo, associadas à subjetividade do sujeito, que define para si a concepção legítima dos conceitos.

Assim, a presente pesquisa propõe uma reflexão acerca das concepções de família e gênero, tendo as seguintes perguntas como norteadoras: *O que é família? O que se compreende por gênero na atualidade? Quem tem autoridade para legitimá-*

las? Quais são as concepções de família e gênero para o Estado, a religião e a sociedade? A partir dessas questões significativas que se pretendeu desenvolver este estudo.

A abordagem da presente pesquisa se realizou de maneira qualitativa, e conforme os seus objetivos descritiva, tendo em vista que objetivou narrar e interpretar como e porquê ocorrem os fenômenos. De acordo com os seus procedimentos metodológicos foi bibliográfica e documental, em que foram realizados estudos exploratórios acerca da temática no âmbito social, jurídico, religioso e das obras do Serviço Social. Para a devida apreensão e conhecimento do objeto de análise, realizou-se a leitura do material selecionado minuciosamente por meio de produções literárias, coletâneas de textos, documentos eclesiais, e posteriormente efetuou-se a análise e interpretação das categorias família e gênero.

Por fim, os resultados e discussão do tema deste estudo foram estruturados conforme os objetivos da pesquisa, apresentando em cada tópico os fatos e fenômenos que se manifestaram durante a observação e exploração do objeto de estudo.

A evolução do conceito de família e gênero no âmbito sociopolítico

As categorias de família e gênero por muito tempo se fundamentavam como componentes biológicos, apresentando conceitos e variações conforme o contexto sociocultural de uma dada realidade. A família, por exemplo, se retratava como uma instituição natural - e, ao mesmo tempo, mutável - responsável pela proteção e os cuidados direcionados aos seus membros, com o intuito de garantir-lhes o pleno desenvolvimento, a integração social e a transmissão de valores. Quanto ao gênero, estava associado às diferenças sexuais (físicas e biológicas) entre o homem e a mulher, sendo determinantes para se atribuir as distinções entre o sexo feminino e o masculino.

Na modernidade, tais concepções passam por uma nova transformação. De acordo com Bruschini (2015), para compreender a família é necessário dissolver seu aspecto de naturalidade, considerando a capacidade de assumir configurações diversificadas em outras sociedades ou em diferentes momentos sociohistóricos. Assim, a família não mais se constituiria por apenas laços consanguíneos, mas sim pela identificação e pela formação de laços afetivos entre pessoas que possuem uma

relação solidária. Em relação ao gênero, este varia enormemente de uma cultura para outra, coexistindo diferentes sentidos de masculinidade e feminilidade, tendo como elementos determinantes não mais o sistema reprodutor feminino e masculino, mas sim, a identidade de gênero⁴.

Para iniciarmos a discussão, cabe destacar que com as transformações sociais a ampliação do conceito de família apresentou novas reflexões e discussões em relação às mudanças e transições vivenciadas em sua composição, refletindo na formação e implementação de políticas públicas que oferecem atenção e proteção especial às famílias, com vista à garantia de direitos (Oliveira, 2009). Na contemporaneidade, a realidade social brasileira apresenta variadas configurações familiares (Fernandez, 2021), tais como: *casal sem filhos*, *famílias chefiadas por mulheres*, *famílias extensas*, *casais homoafetivos*, *família patriarcal*, *família unipessoa*⁵, *família anaparental*⁶ e *família pluriparental, recomposta ou reconstituída*⁷.

Apesar de vivenciar tais transições, uma vez que as relações sociais são dinâmicas, a família apresenta uma (re)construção em sua organização em cada momento histórico, em cada contexto, possuindo um aspecto de variabilidade por estar sempre em movimento, tal como a sociedade, o que prejudica tecer uma única concepção de família, pois ela depende do contexto no qual está inserida (Oliveira, 2009). Assim, as diversas configurações familiares podem ser constituídas de diferentes formas, renovando conceitos preestabelecidos, redefinindo os papéis de cada membro do grupo familiar, considerando o tempo e o espaço sócio-histórico, bem como a trajetória dos próprios indivíduos que a compõem.

O modelo nuclear de família, constituído por um homem, mulher e seus filhos, por muito tempo predominou sobre os demais modelos de famílias. A tentativa de sua conservação como estrutura legítima, segundo Bruschini (2015), iniciou com o modelo de família nuclear burguesa e na sua constituição de relação de poder entre os gêneros, que ao longo do tempo fora transmitida para as famílias trabalhadoras. Posteriormente, tais famílias iriam se tornando cada vez mais semelhantes com o modelo familiar burguês, transformando-se em principal referência na sociedade. Para Dias (2012), a sacralização da família formada por um homem e uma mulher resultou

⁴ Segundo Ferreira (2018), não se trata somente de como os sujeitos se sentem em relação a si, mas como eles se interpretam e gostariam de ser reconhecidos socialmente.

⁵ Composta por apenas um único membro (Lima, 2018).

⁶ Formada sem a presença de nenhum dos ascendentes (Lima, 2018).

⁷ União de um casal com filho(s) originado(s) de uma relação anterior (Lima, 2018).

na negação do reconhecimento de relacionamentos familiares constituídos fora da “norma universal”, condenando-os à invisibilidade, ainda que se encontrem no corpo social.

Durante a década de 1960, surgem marcos históricos que ocasionaram transformações profundas na constituição familiar. Com a inserção da mulher no mercado de trabalho e as tecnologias reprodutivas, como a inseminação artificial e fertilização *in vitro*, foi proporcionado a mulher o uso de reprodução assistida, exprimindo a noção de escolha e/ou opção para conceber e gerar filhos (Fernandez, 2021). Ademais, na sociedade brasileira, a instituição do direito ao divórcio (Lei nº6.515/1977) possibilitou a dissolução conjugal e a realização de novos casamentos que o homem e a mulher desejassem efetivar, resultando no “aumento de famílias monoparentais e de uniões consensuais em que os laços afetivos predominavam em detrimento da união formalizada” (Fonseca, 2007 apud Fernandez, 2021, p.144).

Na atualidade, a noção de família ainda perpassa o entendimento de *lócus* reproduzido de maneira biológica, e isso ocorre pois permanece como indissociável tal concepção do fator biológico, definida e reiterada no âmbito jurídico, religioso, pedagógico, dentre outros (Oliveira, 2009) o que é e como deve ser a família. Porém, torna-se necessário destacar que o grupo familiar, para além de uma unidade biológica, trata-se de um conjunto que deve promover a proteção e a educação, tendo por base o vínculo afetivo entre os membros. Dessa forma, “a nenhuma espécie de vínculo que tenha por base o afeto se pode deixar de conferir *status* de família” (Dias, 2012, p.42), pois se constitui elemento essencial e determinante na contemporaneidade para se definir o que é família diante da sociedade e das instituições oficiais.

Referente a categoria do gênero, Kimmel (2022) afirma que “deve ser visto como uma montagem fluida e constantemente mutável de significados e comportamentos, reconhecendo assim as diferentes definições de *masculinidades* e *feminilidades*” (p.20). O gênero, portanto, seria constituído por um conjunto de valores, comportamentos e normas construídas e determinadas no contexto social inserido.

No entanto, para os biólogos a fonte do comportamento humano reside em nossas células, e as explicações biológicas por possuírem considerações de caráter científicos objetivos, mantêm destaque em se tratando de explicações acerca da diferenciação de gênero, visto que se apresentam conforme as nossas observações: homens e mulheres parecem ser diferentes (Kimmel, 2022, p.31). Todavia, os genes

de fato não ordenam o comportamento humano, uma vez que o indivíduo é dotado de capacidade para tomar decisões conforme anseie, mas não se pode negar as diferenças anatômicas visíveis que existem entre homens e mulheres, como por exemplo o sistema reprodutor feminino e masculino.

Nesse sentido, torna-se necessário ressaltar que não se deve desconsiderar os aspectos biológicos do corpo humano, que enfatizam as diferenças entre o sexo feminino e o masculino. Mas tais fatores não são suficientes para determinar os papéis e os comportamentos sociais atribuídos a cada gênero, que são construídos por meio de aspectos socioculturais e singulares de cada indivíduo.

A travessia da concepção de família e gênero no contexto jurídico

No campo jurídico, os conceitos de família e gênero foram adquirindo novos olhares à medida que se observava a necessidade de atualizações nas normas jurídicas face às transformações sociais. Embora tardias, tais inovações no ordenamento jurídico contribuem para uma atuação mais eficaz do poder político considerando as demandas sociais.

O antigo Código Civil de 1916, por exemplo, compreendia a família “legítima” constituída apenas pelo casamento e pelos vínculos consanguíneos, conforme art. 229 em que diz “criando a família legítima, o casamento legitima os filhos comuns, antes deles nascidos ou concebidos” (Brasil, 1916). Além disso, de acordo com Neto (2003), nas Constituições Federativas do Brasil, de 1934 a 1946⁸, o núcleo familiar formado pelo matrimônio sempre desfrutou de especial proteção do Estado, sendo o casamento considerado fundamento essencial para a constituição familiar.

Na atual Constituição de 1988, por meio do art. 226, há um marco no reconhecimento de três concepções como entidades familiares: *a família matrimonial* (§ 1 e § 2); *a união estável* (§ 3) e *a família monoparental* (§ 4), porém, permanecendo ainda como expressão predominante a família formada pelo casamento.

⁸ **Constituição de 1934: Art. 144** = “A família constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. A lei civil determinará os casos de desquite e de anulação do casamento, havendo sempre recurso *ex officio*, com efeito suspensivo.”

Constituição de 1937: Art. 124 = “A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. Às famílias numerosas serão atribuídas compensações na proteção dos seus encargos.”

Constituição de 1946: Art. 163 = “A família é constituída pelo casamento de vínculo indissolúvel e terá direito à proteção especial do Estado.”

A Carta Magna de 1988 compreende que a família se constitui como um lugar de proteção que deve assegurar, com prioridade máxima em relação à criança, ao adolescente e ao jovem, um ambiente seguro, de garantias de direitos legitimados no Estado Democrático de Direito. Neste sentido, o núcleo familiar se responsabiliza pela promoção dos cuidados afetivos e materiais de crianças e adolescentes, e conta com a proteção e assistência do Estado para cumprir seu papel, um dever conjunto entre família-Estado, conforme preconiza o art. 227 da Lei Maior.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei 8.069/1990, há o reconhecimento da existência de três modelos familiares, denominados de *natural*, *extensa* e *substituta*:

Art. 25 – Entende-se por **família natural** a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

Parágrafo único. Entende-se por **família extensa ou ampliada** aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. (Brasil, 1990)

Art. 28 – A colocação em **família substituta** far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei. (Brasil, 1990)

Observa-se que, embora haja o reconhecimento da família formada pelos moldes tradicionais ("natural"), o ECA também se fundamenta na concepção da socioafetividade⁹, o qual pode ser reconhecido por meio da guarda, tutela ou da adoção.

Quanto ao atual Código Civil, promulgado em 2002, este adere a concepção da Carta Magna de 1988 acerca da família, do casamento e da união estável, que cabe destacar, ambos são precisos quando a reconhecem como unidade familiar formada entre o homem e a mulher:

Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o *homem* e a *mulher*, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. (Civil, 2002)

Art. 226, § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o *homem* e a *mulher* como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. (Brasil, 1988)

⁹ Trata-se de relações familiares que estabelecem vínculos de parentesco com base no afeto, sem que estejam, necessariamente, ligadas pelos laços biológicos.

Tal especificação na legislação brasileira exigiram novas interpretações por parte do Supremo Tribunal Federal (STF) por meio do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277 e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132, no qual equiparam as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres, legitimando, assim, a união homoafetiva como um núcleo familiar. Posteriormente, a Resolução nº 175/2013, desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e proposta pelo ex-ministro Joaquim Barbosa, vedou às autoridades competentes a recusa de habilitação e celebração de casamento civil ou conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo, como forma de garantir o reconhecimento do modelo familiar.

Em 2023, a discussão acerca do reconhecimento das relações entre pessoas do mesmo sexo voltou ao debate no campo político e jurídico. O Projeto de Lei (PL) 5167/09, de autoria do deputado Capitão Assunção (PL/ES), que proíbe que relações entre pessoas do mesmo sexo equiparem-se ao casamento ou a entidade familiar, causou bastante polêmica por representar um retrocesso no reconhecimento da união homoafetiva na legislação brasileira.

A referida proposta encontra-se apensado ao PL 580/07, do ex-deputado Clodovil Hernandez (PTC/SP), que inclui no Código Civil a possibilidade de que duas pessoas do mesmo sexo possam constituir união homoafetiva por meio de contrato em que disponham sobre suas relações patrimoniais, garantindo o direito ao acesso aos benefícios atribuídos às pessoas casadas e aos direitos sucessórios. Atualmente a proposta encontra-se em tramitação para ser analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Agência Câmara de Notícias, 2023).

Ademais, em 2024, considerando as mudanças sociais e a necessidade de atualização das legislações brasileiras, foi apresentada uma proposta de alteração e modernização do Código Civil de 2002, elaborada por uma comissão de juristas formada pelo então presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. O documento foi revisado e o seu relatório final aprovado, em abril de 2024, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A proposta do relatório final sugere alterações que ampliam o conceito de família ao reconhecer a família conjugal (formada por um casal); o vínculo não conjugal (mãe e filho, irmã e irmão), denominada de “família parental”; o

reconhecimento da socioafetividade e da multiparentalidade¹⁰; e a legitimação das uniões homoafetivas, retirando para isso as menções a "*homem e mulher*" nas referências a casal ou família no art. 1.723 (Agência Senado, 2024).

Para Dias (2012), o alargamento do conceito de família ocasiona uma profunda transformação ao banir discriminações no campo das relações familiares. Dessa forma, entende-se que desde a promulgação da Constituição de 1988, a legislação brasileira possibilitou a inclusão de novos modelos familiares merecedores da proteção estatal para além da família nuclear ou constituída pelo casamento. As normas constitucionais e os textos jurídicos caminham na tentativa de acompanhar a evolução das relações familiares, que se reinventam a cada momento sócio-histórico, o que torna um desafio para contemplar a diversidade familiar existente na sociedade.

Assim, do ponto de vista jurídico, os elementos consanguíneos e o matrimônio não constituem mais como parâmetros para determinar um vínculo ou uma relação familiar. Todavia, cabe ressaltar que a consanguinidade não deve ser, de todo modo, desconsiderada, pois "a formação de família parte de elementos naturais (consanguíneos) e estende-se ou une-se aos vínculos socioafetivos" (Fernandez, 2021, p.151). Questões como afetividade, proteção e convivência, ao longo do tempo, possuem maior destaque para garantir os direitos às famílias que não correspondem aos moldes originários (casamento e procriação), considerando o princípio da igualdade, ou da isonomia, que dispõe da aplicabilidade da lei a todos igualmente, sem considerar suas distinções.

Em relação a categoria do gênero, nos textos jurídicos atua como sinônimo de sexo¹¹, considerando apenas a figura feminina e masculina mediante uma perspectiva biológica. No Código Civil de 1916, a mulher permanecia sob a sombra da figura masculina que exercia o papel de autoridade no seio familiar, embora fosse direcionado à mulher o zelo pela direção na esfera privada (lar).

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal. (Brasil, 1916)

Art. 240. A mulher assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família. (Brasil, 1916)

¹⁰ Coexistência de mais de um vínculo materno ou paterno em relação a um indivíduo.

¹¹ Segundo Kimmel (2022), o sexo trata-se do aparato biológico do masculino e feminino, ou seja, a organização cromossômica, química e anatômica do sujeito.

Verifica-se que no antigo Código Civil brasileiro de 1916, a figura masculina era associada aos aspectos de poder, força e autoridade, enquanto a feminina à submissão, os cuidados pelo lar e os filhos. As decisões familiares ficavam ao encargo do homem, que poderia, inclusive, autorizar a entrada da mulher no mercado de trabalho¹². Com o Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121/1962), a participação feminina na autoridade familiar passou a ser valorizada:

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos. (Brasil, 1962)

Art. 380. Durante o casamento compete o pátrio poder aos pais, exercendo-o o marido com a colaboração da mulher. Na falta ou impedimento de um dos progenitores, passará o outro a exercê-lo com exclusividade. (Brasil, 1962)

Com a aprovação da Lei do Divórcio em 1977, houve avanços significativos para que os direitos entre os homens e as mulheres fossem mais igualitários, o que se consolidou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabelece no art. 5º, inciso I, “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

O atual Código Civil de 2002, em seu art. 1.631 determina que “durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar aos pais; na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com exclusividade” e no art. 1.565 estabelece que “pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família”, garantindo assim a igualdade parental.

No entanto, o gênero no campo social, compreendido enquanto o modo em que se vive a diferença entre os sexos em cada cultura (Kimmel, 2022), sendo uma construção social, ainda permanece invisível nas normativas jurídicas, reconhecendo apenas os sexos feminino e masculino enquanto identidade de gênero.

Em 2013, a fim de garantir o direito à identidade de gênero - entendida como o modo que indivíduo se sente ou identifica a si mesmo, o qual pode corresponder ou não com o sexo atribuído após o nascimento - os deputados Jean Wyllys (PSOL/RJ)

¹² **Art. 242.** A mulher não pode, sem autorização do marido, exercer a profissão.

Art. 243. A autorização do marido pode ser geral ou especial, mas deve constar de instrumento público ou particular previamente autenticado.

Paragrapho unico: O supprimento judicial da autorização valida os actos da mulher, mas não obriga os bens propios do marido. (Brasil, 1916)

e Érika Kokay (PT/DF) apresentaram o PL 5002/13. A referida proposta objetivava garantir o direito ao reconhecimento de toda pessoa quanto a sua identidade de gênero e a ser tratada de acordo como tal, identificada dessa maneira nos instrumentos de identidade pessoal (Brasil, 2013). O PL 5002/13 foi amplamente discutido nos setores sociais e políticos devido ao seu teor, sendo arquivado no ano de 2019 pela Mesa Diretora.

Em 2020, o deputado Filipe Barros (PL/PR) apresentou o PL 2578/20 que determina que o gênero de um indivíduo seja baseado no sexo biológico ao nascer e nas características sexuais primárias e cromossômicas (Brasil, 2020). A justificativa para a proposta se fundamenta na diferença entre o uso do termo “gênero” utilizado pela legislação - que seria um sinônimo para sexo biológico - e por movimentos sociais, que segundo o deputado, defendem a ideologia de gênero¹³. Atualmente a proposta de lei encontra-se em tramitação para ser analisada em caráter conclusivo pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (Agência Câmara de Notícias, 2020).

Apesar da dinâmica social e dos avanços nas normativas jurídicas, a concepção acerca do “gênero” no ordenamento jurídico permanece em um viés determinista biológico, com avanços pouco expressivos na inclusão do termo na legislação enquanto perspectiva construtivista sociocultural, que está presente por meio do posicionamento do STF e do CNJ, através do reconhecimento das uniões homoafetivas. As diferentes visões e compreensão sobre a questão ocasionam disputas entre movimentos sociais no âmbito jurídico-político brasileiro.

Família e gênero em conflito no universo cristão católico

Considerando que o Cristianismo abrange diversos segmentos, os quais não seria possível apresentá-los integralmente neste item, abordaremos apenas a percepção católica acerca dos conceitos de família e de gênero. A escolha desse segmento se dá devido ao interesse acerca dessa perspectiva sobre a questão, uma vez que a fé católica exerce ampla influência na visão de mundo da pesquisadora desta pesquisa.

De acordo com o Catecismo da Igreja Católica (2000), a família se refere a célula originária da vida social, *lócus* em que se apreende os valores morais e

¹³ Expressão usada pelos críticos da ideia de que os papéis de gêneros são construções sociais.

culturais, sendo o seio familiar a inicialização à vida em sociedade. Segundo a visão católica, as figuras do homem e da mulher recebem um papel central na constituição da família. Ao unirem-se em matrimônio, o homem e a mulher formam com os seus filhos uma família, devendo o modelo heterossexual ser considerado referência no meio social e perante a Igreja, tendo como modelo perfeito a Sagrada Família, “na qual Jesus Cristo viveu sujeito a Maria Santíssima e a São José” (CIC, 2015, p.18).

Os discursos que sondam a família nuclear e as relações monogâmicas atuam como normas morais que regem a doutrina católica. Todavia, em uma perspectiva progressista cristã, o Manual de Cristianismo e LGBTI+ (2021) afirma que a família fundada no modelo heterossexual, com fins reprodutivos, por muito tempo definiu a heterossexualidade como norma que regula tanto as pessoas quanto as relações que vivenciam (ou como deveriam vivenciar). Tais críticos à norma binária de gênero e ao modelo instituído como referência de família (formado pelo homem e a mulher), são considerados opositores do modelo cisheteronormativo¹⁴, apresentando-se como contrários aos costumes e à moral religiosa.

Para a Doutrina Social da Igreja, tais posicionamentos e concepções convergem para a negação da diferença sexual e da procriação como fatores relevantes para a construção da família (Congregação para a Educação Católica, 2019). A complementaridade dos sexos masculino e feminino, segundo a doutrina católica, se realiza plenamente na família, interligada à própria finalidade do matrimônio, o qual afirma que “o matrimônio e a família estão ordenados para o bem dos esposos e para a procriação e educação dos filhos” (CIC, parágrafo nº 2201).

Nesse sentido, concepções de gênero atrelados aos modelos familiares entram em conflito quando negam a diferenciação e a reciprocidade do homem e da mulher. É o caso das uniões homoafetivas, que não correspondem ao modelo familiar idealizado e proposto pela Igreja Católica. Segundo a Congregação para a Doutrina da Fé (2003), no plano do Criador, a complementaridade dos sexos (masculino e feminino) e a fecundidade pertencem à própria natureza da família e do matrimônio. Dessa forma, as relações homoafetivas não possuem fundamento para serem equiparadas com a união entre o homem e a mulher, pois estão em contraste com a lei moral natural, de acordo com a Igreja Católica.

¹⁴ A cisheteronormatividade se refere a naturalização de que existe apenas uma única forma específica de se relacionar. Por exemplo: um homem cisgênero se relaciona com uma mulher cisgênero, o que contribui para a normatização do binarismo de gênero (masculino e feminino).

Os actos homossexuais, de facto, « fecham o acto sexual ao dom da vida. Não são fruto de uma verdadeira complementaridade afectiva e sexual. Não se pode, de maneira nenhuma, aprovar » (Congregação para a Doutrina da Fé, 2003).

Com o dinamismo sociocultural, cabe destacar que as concepções de sexo e *gênero* recebem novos olhares, atuando não mais como sinônimos, mas como conceitos distintos entre si. Através da segunda onda do movimento feminista (1960-1970), o conceito de gênero se apresenta como uma construção social do que significa ser homem e ser mulher no âmbito das relações sociais. Tal concepção é defendida pelos adeptos da ideia de que o gênero é um fator regulador da vida social dos seres humanos, o qual define comportamentos culturalmente designados para homens e mulheres, de acordo com o seu sexo: que tipos de relacionamentos devem ter, como devem exercer sua sexualidade, os trabalhos que devem praticar, as relações de poder entre os gêneros, etc. (Manual de Cristianismo e LGBTI+, 2021).

De acordo com Kimmel (2022), a perspectiva da socialização do gênero, em suma, se fundamenta no pensamento de que homens e mulheres são diferentes porque foram ensinados a serem diferentes. Nesta perspectiva, o processo de socialização e a cultura criam a diferença entre a masculinidade e a feminilidade, e não o sexo determinado a cada indivíduo. Essa relação estabelecida entre sexo e gênero, dado como a ordem natural, atua para criar modos de controle social para definir os papéis de cada sexo/gênero, excluindo aquelas pessoas que não se encaixam nesses papéis pré-definidos (Manual de Cristianismo e LGBTI+, 2021).

Nesta discussão, observa-se que a perspectiva conservadora e progressista cristã compreendem o sexo como o conjunto de características genéticas, anatômicas, fisiológicas e reprodutivas com os quais a pessoa nasce, aspectos que define em quais categorias pertence: feminina ou masculina (Manual de Cristianismo e LGBTI+, 2021; Congregação para a Educação Católica, 2019). A divergência entre os dois segmentos se encontra em torno da concepção de *gênero*, que para a perspectiva conservadora católica não há uma separação ou distinção com sexo (Congregação para a Educação Católica, 2019), permanecendo ainda como similares; para a perspectiva progressista o gênero atua como dispositivo de poder e regulador da vida social, para justificar opressões hierárquicas e discriminações legitimadas (Manual de Cristianismo e LGBTI+, 2021).

A Igreja Católica defende que a separação entre o sexo e o gênero possui como consequências o surgimento de diversas “orientações sexuais”¹⁵, que não se baseiam mais pela relação heterossexual, assumindo outras formas determinadas e praticadas pelo próprio indivíduo segundo a sua vontade (Congregação para a Educação Católica, 2019). Tais concepções se desvinculam da origem biológica do sexo/gênero, submetendo a identidade sexual a um processo contínuo de construção da própria identidade, sexualidade e expressão de gênero¹⁶. A chamada *ideologia de gênero*, criticada fortemente pela Igreja Católica, seria um “processo progressivo de desnaturalização ou distanciamento da natureza dirigindo-se para uma opção total pelas decisões do sujeito emotivo” (Congregação para a Educação Católica, 2019, p.11), que tornam a identidade sexual e a família dimensões fluídas, fundadas apenas na liberdade do sentimento e do desejo momentâneo.

Nesta perspectiva, a doutrina católica compreende que a negação da diferenciação sexual e da complementaridade entre o homem e a mulher, enquanto fatos da própria criação divina, reflete na desconstrução do próprio ser humano e da instituição familiar. A utopia do “neutro” remove tanto a dignidade da pessoa humana como a qualidade da transmissão generativa da vida, esvaziando-se a base antropológica da família (Congregação para a Educação Católica, 2019).

O olhar do Serviço Social brasileiro sobre família e gênero

Conforme Ferreira (2018), o trabalho dos/as assistentes sociais com famílias possui uma longa trajetória, considerando que configura uma demanda desde a institucionalização do serviço social no Brasil. No entanto, torna-se necessário uma compreensão mais ampla do conceito “família” na atualidade, vez que coexistem diversas configurações familiares. Portanto, a referência familiar não pode ser limitada à família nuclear ou pré-concebida por princípios religiosos ou moralistas, considerando as diversas formas de estabelecer laços familiares.

¹⁵ De acordo com Ferreira (2018), trata-se da identificação com as categorias socialmente reconhecidas e validadas sobre um determinado desejo e prática afetiva e/ou sexual com outras pessoas. O autor afirma que o termo "orientação sexual" deve substituir o termo "opção sexual", uma vez que o desejo já força essa escolha. Por exemplo, os homossexuais fazem a opção de serem reconhecidos socialmente como tais, mas não escolheram sentir atração ou desejo por outros homens.

¹⁶ Modo como um indivíduo manifesta a sua identidade de gênero socialmente por meio de roupas, cabelo, comportamento, e outras características.

A família, segundo Ferreira (2018), não se constitui "nem pelas relações consanguíneas, nem pelas relações formais de filiação, nem pela promessa de felicidade e amor, mas pela possibilidade de sujeitos se unirem para terem certos tipos de direitos e de políticas sociais" (p. 102). Dessa forma, a família surge como estratégia de proteção social para reconhecimento de direitos e políticas públicas, afastando-se das concepções de relações familiares serem constituídas por laços afetivos ou consanguíneos.

A referência do modelo familiar (ou seja, da família tradicional) advém da norma da heterossexualidade e cisgeneridade compulsórias, tendo como comparação as famílias homossexuais com as heterossexuais, em que as segundas estabelecem sobre as primeiras normas do que nos foi ensinado como verdadeiro (Ferreira, 2018). Em outras palavras, é fundamental e indispensável que em um grupo familiar coexistem figuras parentais que exerçam o papel de pai e mãe, conforme os papéis de gêneros construídos pela sociedade, para que assim haja equilíbrio e complementaridade.

O seio familiar, dessa forma, torna-se o primeiro local onde aprendemos tudo aquilo que se refere à noção de gênero e às expectativas da sociedade em torno deste. A partir da família que aprendemos como devemos nos portar socialmente, produzindo desigualdades aos papéis do homem e da mulher: na figura masculina cabe o papel de provedor e de autoridade, enquanto a feminina se atribui a função doméstica e, sobretudo, o papel de mãe (Bruschini, 2015).

Para Ferreira (2018), tais características dualistas e binárias (diferenciação e complementaridade do sexo masculino e feminino) não demonstram a veracidade de certas qualidades e funções serem tipicamente designadas como masculinas e outras femininas. Tal pensamento se justifica considerando que o comportamento humano não se restringe estritamente ao controle dos genes e, portanto, cada indivíduo construiria sua própria identidade considerando influências externas como a família, a cultura, a educação e a sociedade. Esse posicionamento torna-se radical a biologia, uma vez que desconsidera aspectos biológicos que distinguem o sexo masculino e feminino.

Desse modo, a perspectiva de gênero definida pelo aparato biológico é bastante criticada pelo Serviço Social, visto que os/as profissionais devem se comprometer no atendimento de demandas sociais e, considerando o tema em questão, possui como pressuposto que a defesa da diversidade sexual e do feminismo

são essenciais para o fortalecimento do projeto ético político profissional (Alves e Horst, 2023). A defesa dessas pautas busca romper com os papéis de gênero estabelecidos como "naturais" pela sociedade, bem como implica na livre expressão de qualquer identidade de gênero para além da cisgeneridade e a desassociação da mulher ao papel de cuidadora (Ferreira, 2018).

Ocorre que são cada vez mais frequentes as reivindicações do movimento LGBTQIAPN+ no que se refere ao reconhecimento de direitos, como por exemplo à alteração do prenome no registro civil, o direito ao nome social, à proteção social e o acesso a transgenitalização¹⁷ pela rede pública de saúde. Na contemporaneidade nota-se como mais um dos objetivos do referido movimento o fim da influência religiosa nos processos políticos e jurídicos, pois argumentam que o fundamentalismo religioso interfere na criação de políticas públicas e dispositivos legais, dificultando o acesso aos direitos sociais e o avanço da agenda da diversidade sexual e de gênero.

De acordo com Ferreira (2018) e Alves e Horst (2023), o movimento conservador combate tal agenda por sentir-se ameaçado a perder o *status quo* em detrimento de qualquer mudança - pois a tendência da sociedade tradicional é a de padronizar a heteronormatividade pela pauta "*em defesa da família*". Os autores afirmam que o movimento conservador vê o alargamento dos direitos LGBTQIAPN+ como uma ameaça à família, à moral e aos bons costumes, pois a instituição familiar figura como principal objeto de investimentos no âmbito político. Logo, o serviço social tende a defender que a população LGBTQIAPN+ permanece à margem da sociedade e do próprio Estado, lidando diariamente com violações e discriminações tratadas como "opiniões pessoais", tendo direitos violados, além daqueles que não são historicamente garantidos por lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As concepções sobre famílias e gênero encontram-se em constante transformação e ressignificação, surgindo novas interpretações que influenciam o campo social, político e jurídico, considerando o contexto sócio-histórico e a dinâmica das relações sociais. A família, de acordo com a percepção sociopolítica e jurídica,

¹⁷ Procedimento cirúrgico de redesignação sexual, que visa adaptar as características físicas e dos órgãos genitais de uma pessoa transgênero para o qual se identifica com o corpo que considera adequado.

configura-se como uma instituição natural, cultural e histórica, não considerando necessariamente a consanguinidade, uma vez que os laços consanguíneos não pressupõem uma relação afetiva e solidária entre os membros familiares. A afetividade, a proteção e os cuidados tornam-se, portanto, aspectos primordiais para se definir e reconhecer o que é família na contemporaneidade.

Referente ao gênero - categoria apresentada pelo construtivismo social para se estabelecer os papéis do homem e da mulher dentro de uma dada realidade - embora se apresente como produto do processo de socialização, aspectos anatômicos do corpo humano ainda figuram fatores primordiais para diferenciar o masculino e feminino, como é o caso das normas jurídicas brasileiras e da doutrina católica. O Cristianismo, por exemplo, preserva a diferença sexual enquanto condição necessária para a procriação e distinção dos papéis do homem e da mulher, que não produziria uma supressão de um gênero sobre outro, mas uma complementaridade entre os dois, de acordo com o plano divino.

O Serviço Social no decorrer desse debate busca se distanciar de concepções consideradas conservadoras e moralistas, com o intuito de abranger todos os indivíduos sociais que não correspondem aos conceitos determinados socialmente como referência ou padrão. Por se constituir uma profissão essencial na garantia, defesa e viabilização dos direitos sociais, o Serviço Social se posiciona pela defesa das chamadas minorias sociais como forma de ampliar os direitos civis, sociais e políticos de tais grupos.

A razão para que as concepções de famílias e gênero permaneçam como teor de discussão se justifica pelas reivindicações que os movimentos sociais (como o movimento LGBTQIAPN+) e religiosos apresentam no âmbito das políticas públicas, palco de disputa política e de poder. Enquanto afirmamos e defendemos que essas questões são de ordem subjetiva, ao mesmo tempo debatemos publicamente sobre a afirmação e/ou negação de direitos e expressões devido à valores morais e pessoais. Nesta linha tênue, se estabelece um profundo debate que trata do reconhecimento e a legitimação das concepções acerca de família e gênero, que se entrecruzam nas dimensões sociais, políticas, jurídicas e religiosas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Projeto estabelece que gênero é igual ao sexo biológico ao nascer**. Distrito Federal: 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/715098-projeto-estabelece-que-genero-e-igual-ao-sexo-biologico-ao-nascer/#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%202578,no%20momento%20de%20seu%20nascimento%E2%80%9D>. Acesso em: 21 ago. 2024.

_____. **Projeto inclui no Código Civil proibição de união homoafetiva**. Distrito Federal: 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/999217-projeto-inclui-no-codigo-civil-proibicao-de-uniao-homoafetiva/#:~:text=Desde%202011%2C%20o%20Supremo%20Tribunal,est%C3%A1veis%20entre%20homens%20e%20mulheres>. Acesso em: 19 ago. 2024.

AGÊNCIA SENADO. **Código Civil: conheça as propostas de juristas para modernizar a legislação**. Distrito Federal: 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2024/04/codigo-civil-conheca-as-propostas-de-juristas-para-modernizar-a-legislacao>. Acesso em: 16 ago. 2024.

ALVES, L. Nogueira; HORST, Claudio H. Miranda. Serviço Social, diversidade sexual e de gênero: cinco notas para o debate. IN: DUARTE, M. J. de Oliveira [*et al*]. **Sexualidades e Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais**. Juiz de Fora-MG. Editora UFJF/Selo Serviço Social, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 ago. 2024.

_____. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 18 ago. 2024.

_____. Lei nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCivil_03/////LEIS/L3071.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

_____. Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. **Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4121.htm. Acesso em: 20 de ago. 2024.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2022. **Institui o Código Civil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 18 ago. 2024.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5.002, de 20 de fevereiro de 2013**. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>
. Acesso em: 21 ago.. 2024.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.578, de 15 de maio de 2020**. Determina que tanto o sexo biológico como as características sexuais primárias e cromossômicas definem o gênero do indivíduo no Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252276>. Acesso em: 15 jan. 2019.

BRUSCHINI, Cristina. **Teoria Crítica da Família**. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane. *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento*. p. 51-82. São Paulo: Cortez, 2015.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Edição típica Vaticana, Loyola, 2000.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. <<*Homem e Mulher os criou*>> **Para uma via de diálogo sobre a questão gender na educação**. Cidade do Vaticano, 2019. Disponível em:
https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20190202_maschio-e-femmina_po.pdf .Acesso em: 24 ago. 2024.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Considerações sobre os projectos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais**. Cidade do Vaticano, 2003. Disponível em:
https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20030731_homosexual-unions_po.html .Acesso em: 26 ago. 2024.

DIAS, Maria Berenice. **Família homoafetiva**. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 2, n. 03, 2012. Disponível em:
<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2282> .Acesso em: 9 ago. 2024.

FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. Famílias: a travessia de concepções jurídicas na sociedade brasileira. In: **Serviço Social, Políticas Públicas e Sustentabilidade**. Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Marinez Gil Nogueira Cunha, Lidiany de Lima Cavalcante e Cristiane Bonfim Fernandez (Orgs). Alexa Cultural: São Paulo, Edua: Manaus, 2021.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Diversidade sexual e de gênero e o Serviço Social no Sociojurídico**. São Paulo: Cortez, 2018.

KIMMEL, Michael. **A sociedade de gênero**. Rio de Janeiro: Vozes, 2022.

LIMA, Erika Cordeiro de Albuquerque dos Santos Silva. Entidades familiares: uma análise da evolução do conceito de família no Brasil na doutrina e na jurisprudência. **Revista Âmbito Jurídico**, n. 171, ano 21, abr., 2018.

LIMA, Telma Cristiane Sasso e MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos Metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In **Revista Katályses**. Florianópolis, v.10

MANUAL DE CRISTIANISMO E LGBTI+ [livro eletrônico]. Simón Casal, Toni Reis (Orgs). Curitiba, 2021. Disponível em: <https://aliancalgbi.org.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-de-cristianismo-gay-latino-version-2022-01-25.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

NETO, Francisco Bruno. **Constituição Federal: academicamente explicada**. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

Capítulo 3
**QUALIDADE DE VIDA DOS PAIS DE FILHOS AUTISTAS:
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DAS REFLEXÕES SOBRE A
IMPORTÂNCIA DO APOIO SÓCIO-HUMANO**

Cláudia Gonçalves Matos Flores
Kamyla Das Neves Xavier
Maria Eduarda Santos da Silva
Márcia Cristiane de Souza Santos
Rafaella Lagreca Garrafa Cardoso
Nilton Soares Formiga

**QUALIDADE DE VIDA DOS PAIS DE FILHOS AUTISTAS: UMA
REVISÃO SISTEMÁTICA DAS REFLEXÕES SOBRE A
IMPORTÂNCIA DO APOIO SÓCIO-HUMANO**

Cláudia Gonçalves Matos Flores

*Universidade Potiguar/
Ecossistema Ânima, Brasil/*

Kamyla Das Neves Xavier

*Universidade Potiguar/
Ecossistema Ânima, Brasil/*

Maria Eduarda Santos da Silva

*Universidade Potiguar/
Ecossistema Ânima, Brasil/*

Márcia Cristiane de Souza Santos

*Universidade Potiguar/
Ecossistema Ânima, Brasil/*

Rafaella Lagreca Garrafa Cardoso

*Universidade Potiguar/
Ecossistema Ânima, Brasil/*

Nilton Soares Formiga

*Universidade Potiguar/
Ecossistema Ânima, Brasil/*

RESUMO

O estudo analisou a qualidade de vida de pais de filhos autistas, com foco nos desafios diários, implicações emocionais, e a importância do suporte social adequado enfrentado pelos cuidadores. O transtorno do espectro autista (TEA) é uma condição que impacta não apenas a vida dos indivíduos diagnosticados, mas também a dinâmica familiar, incluindo a dos pais que também enfrentam desafios sociais, econômicos, e emocionais nessa caminhada. A pesquisa utilizou abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas, para compreender como as demandas específicas do TEA impactam a qualidade de vida familiar, identificando fatores como, o estresse, preconceito social, sobrecarga psicológica e financeira afeta significativamente o bem-estar dos pais. No entanto, a presença das redes de apoio e intervenções psicológicas contribuem positivamente para enfrentar as adversidades, promovendo maior qualidade de vida para essas famílias.

Palavras-chaves: Autismo. TEA. Pais. Qualidade de vida. Cuidador.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento que se manifesta nos primeiros anos de vida e apresenta características não uniformes, persistindo ao longo do tempo. Afeta habilidades sociais e de comunicação, sendo marcado por dificuldades de interação social, comportamentos repetitivos e interesses restritos (Assumpção, Kuczynski, 2015).

De acordo com o DSM-5-TR (2014), o TEA é definido por déficits significativos na interação social e na comunicação, além de comportamentos restritos e estereotipados. Outras características incluem aderência inflexível a rotinas, rituais e preocupações intensas com objetos. Os sintomas variam em intensidade, reforçando a necessidade de atenção no âmbito da saúde e do contexto social, especialmente no cuidado de crianças com TEA.

O diagnóstico de TEA traz inúmeras demandas, alterando a dinâmica familiar, os hábitos diários, as finanças e as interações sociais. Tais mudanças podem gerar uma carga emocional significativa para a família e os cuidadores, exigindo esforços para manter uma convivência harmoniosa e saudável, tanto para a criança quanto para o núcleo familiar (Bosa, 2001; Pinto *et al.*, 2016; Machado, Londero, Pereira, 2018; Chaim *et al.*, 2019).

Estudos apontam que pais de crianças com TEA frequentemente experimentam maior impacto emocional em comparação a outros grupos, devido às características específicas do transtorno, como baixa interação social e dificuldades de comunicação. Esses fatores, aliados ao cuidado contínuo, podem gerar estresse e exaustão prolongados (Kiquio *et al.*, 2019; Chaim *et al.*, 2019; Lopes, 2020; Freitas, Oliveira, Silva, 2024; Oliboni *et al.*, 2024).

O papel do cuidador primário é essencial na assistência às crianças com TEA. Ele é responsável por atender às necessidades básicas, oferecer apoio emocional, promover interações sociais e estimular a independência (Costa, 2019; Bonfim, 2020; Oliboni *et al.*, 2024). Contudo, o estresse parental é um fenômeno comum, caracterizado como um desequilíbrio causado pela percepção de que os recursos disponíveis são insuficientes para lidar com as responsabilidades do cuidado (Park, Walton, 2012; Miele, 2016).

Machado (2018) ressalta que a família é uma entidade dinâmica, em constante transformação, influenciada por valores, ideias e conflitos, os quais ultrapassam barreiras culturais. Assim, o diagnóstico de TEA costuma provocar uma reestruturação familiar, que frequentemente resulta em aumento do estresse entre os membros (Gomes *et al.*, 2015).

Uma revisão de 16 estudos sobre qualidade de vida dos cuidadores de crianças com TEA, conduzida por Miele *et al.* (2016), destacou a importância do envolvimento ativo dos cuidadores no processo terapêutico, o que influencia diretamente sua qualidade de vida. Outro estudo, realizado por Chaim *et al.* (2019), analisou 746 artigos e identificou 18 que atendiam aos critérios preestabelecidos, evidenciando a escassez de pesquisas sobre o tema. Esses autores concluíram que cuidadores de crianças com TEA enfrentam maiores riscos de transtornos psicológicos, como ansiedade e depressão, principalmente pela ausência de suporte social adequado.

Com base nessas reflexões e no impacto observado em revisões bibliográficas, o presente estudo busca investigar, por meio de entrevistas com cuidadores de crianças com TEA, como o ato de cuidar influencia sua qualidade de vida. O objetivo geral é descrever, identificar e compreender os fatores que afetam o bem-estar de pais e cuidadores nesse contexto.

O conceito de autismo foi inicialmente descrito por Leo Kanner em 1943, que identificou um conjunto de sintomas associados ao transtorno (Estes *et al.*, 2009). O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do desenvolvimento

neurológico, caracterizada por dificuldades marcantes na comunicação e na interação social, além da presença de comportamentos restritivos e repetitivos.

Essas características afetam significativamente a maneira como os indivíduos processam informações, organizam seus pensamentos e gerenciam emoções (Amaral *et al.*, 2020).

Ferreira e Mendes (2019) apontam que essas dificuldades vão além da socialização, impactando também o desenvolvimento cognitivo e emocional, o que representa desafios tanto para as pessoas com TEA quanto para suas famílias. Nas últimas décadas, a crescente compreensão sobre o transtorno tem sido essencial para disseminar informações e combater o preconceito que ainda cerca os indivíduos com TEA.

O aumento da prevalência de diagnósticos gerou preocupações sobre o impacto do transtorno na dinâmica familiar, especialmente no que se refere à qualidade de vida dos pais. Cuidar de uma criança com TEA pode ser desafiador devido às características e necessidades específicas associadas ao transtorno, alterando profundamente a rotina e a vida familiar (Silva, 2022).

Nesse contexto, é importante considerar não apenas o bem-estar da criança autista, mas também a saúde emocional e física das pessoas que convivem diretamente com ela. Avaliar a qualidade de vida nesse cenário significa garantir que, ao atender às necessidades da criança, o bem-estar dos cuidadores também seja preservado, prevenindo o esgotamento e promovendo um ambiente saudável para todos.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1995), qualidade de vida é definida como a percepção do indivíduo sobre sua posição na vida, dentro do contexto cultural e dos sistemas de valores em que está inserido, considerando seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Para os pais de crianças com TEA, esse conceito se amplia, envolvendo o bem-estar emocional e a capacidade de lidar com os desafios cotidianos do cuidado.

Estudos mostram que esses pais enfrentam níveis mais altos de estresse e ansiedade em comparação com pais de crianças com desenvolvimento típico. Tais desafios podem levar ao esgotamento físico e psicológico, afetando diretamente sua qualidade de vida (Estes *et al.*, 2009).

O estresse parental, nesse contexto, está frequentemente associado ao sentimento de sobrecarga, definido como o esforço emocional e físico resultante das

demandas de cuidar de uma criança com necessidades complexas (Lazarus & Folkman, 1984).

Segundo a OMS (2021), a prevalência global de TEA é de aproximadamente 1 em 100 crianças. No Brasil, a Associação Brasileira de Autismo estima que mais de 2 milhões de pessoas convivam com o transtorno (Associação Brasileira de Autismo, 2023). Esses números destacam a importância de estudar o impacto do TEA nas famílias, especialmente na qualidade de vida dos pais, que frequentemente assumem o papel de cuidadores primários.

O manejo do TEA exige tempo, recursos e adaptações, resultando em impactos substanciais no bem-estar familiar (Zaki, 2020). O suporte social desempenha um papel crucial na qualidade de vida desses cuidadores, pois o cuidado de uma criança com necessidades especiais pode gerar altos níveis de estresse, ansiedade e sentimentos de sobrecarga. Pesquisas indicam que o estresse crônico e o desgaste emocional são comuns entre esses pais, comprometendo sua saúde mental e física (Zaki, 2020), devido justamente, a falta ou ao pouco apoio que estes pais recebem, seja dos familiares, seja de agentes de saúde, seja das pessoas mais próximas.

Segundo a Teoria do Suporte Social, de House (1981), o apoio emocional, instrumental e informacional proveniente de familiares, amigos e da comunidade é fundamental para auxiliar os pais a enfrentarem os desafios do cotidiano. Quando os cuidadores se sentem compreendidos e amparados, sua capacidade de lidar com o estresse e encontrar satisfação na vida aumenta. Isso evidencia a necessidade de políticas públicas e programas de intervenção que ampliem a rede de suporte, oferecendo grupos de apoio, orientação psicológica e recursos acessíveis.

No Brasil, a **Lei nº 12.764/2012** assegura os direitos das pessoas com TEA e suas famílias, garantindo acesso à saúde, educação e proteção social. Entretanto, a eficácia dessas políticas é limitada por recursos insuficientes e pela distribuição desigual dos serviços pelo país (Ferreira, Santos, 2017).

Conviver com o TEA representa um desafio não apenas para a criança diagnosticada, mas também para seus pais e cuidadores. Caracterizado por dificuldades de comunicação, interação social e comportamentos repetitivos, o transtorno impõe demandas diárias que podem impactar significativamente a dinâmica familiar (APA, 2014).

Estudos indicam que o cuidado constante e as exigências emocionais associadas ao TEA resultam em altos níveis de estresse parental. Baptista, Machado

e Alves (2018) destacam o impacto desse fenômeno, amplamente confirmado no estudo de Christmann *et al.* (2017). Realizado com 23 mães de crianças com TEA, o estudo utilizou o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de LIPP (ISSL), revelando que 73,9% das participantes apresentavam estresse, sendo os sintomas psicológicos os mais prevalentes (64,7%). Além disso, entrevistas semidirigidas mostraram que mais da metade considerava muito difícil cuidar de uma criança com TEA.

A relação direta entre as demandas do cuidado e o estresse materno denota a necessidade de intervenções que auxiliem as famílias na adaptação às necessidades do filho, além de promover a estruturação de uma rede de apoio social para melhorar a qualidade de vida dos cuidadores.

Pesquisas confirmam que pais de crianças com TEA enfrentam níveis de estresse significativamente superiores aos de pais de crianças neurotípicas, em função da complexidade dos cuidados, do suporte inadequado e das dificuldades de adaptação ao comportamento do filho (Fávero, Santos, 2005; Esteves *et al.*, 2020; Ponte, Araujo, 2022).

O impacto emocional e físico dessas demandas pode comprometer tanto a saúde dos cuidadores quanto a qualidade das interações familiares (Oliveira *et al.*, 2021).

Ponte e Araujo (2022) apontam que o cuidado com uma criança neuroatípica frequentemente desafia as expectativas idealizadas da maternidade, exigindo adaptação quase imediata à rotina do cuidado. Essa experiência muitas vezes expõe dificuldades em conciliar os múltiplos papéis exercidos pelas mães, como conjugalidade e a participação ativa do pai no cuidado. Apesar desses desafios, observa-se um protagonismo crescente de mães que reivindicam maior envolvimento dos parceiros e da rede de apoio no cuidado com a criança.

Estratégias de enfrentamento e suporte são essenciais para reduzir o estresse parental e promover o bem-estar das famílias que lidam com o TEA (Costa *et al.*, 2020). Silva e Andrade (2021) reforçam que pais de crianças com TEA apresentam níveis de estresse significativamente mais elevados do que pais de crianças neurotípicas.

Além das demandas diárias, o impacto emocional de lidar com comportamentos imprevisíveis e crises intensifica a sobrecarga dos cuidadores. Dessa forma, medidas

que fomentem suporte social, psicológico e financeiro são indispensáveis para mitigar os efeitos do estresse parental e assegurar a saúde emocional das famílias.

Estudos apontam que pais de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) frequentemente enfrentam sintomas de esgotamento emocional e burnout, devido às demandas constantes associadas ao cuidado (Lai *et al.*, 2015, Medrado *et al.*, 2021; Vilanova *et al.*, 2022 Rossini *et al.*, 2024). O impacto emocional decorrente do diagnóstico e a necessidade de enfrentar os desafios diários podem afetar negativamente a autoestima e a percepção de competência parental.

Entre os fatores que contribuem para o aumento do estresse parental, destacam-se:

- **Isolamento social:** Muitas famílias, devido às dificuldades no comportamento da criança e à necessidade de supervisão constante, reduzem sua participação em atividades sociais. Isso, por sua vez, diminui as redes de apoio, prejudicando a saúde mental dos cuidadores (Oliveira *et al.*, 2019, p.15).
- **Dificuldades financeiras:** As famílias frequentemente enfrentam altos custos relacionados a terapias, tratamentos médicos, adaptações no ambiente doméstico e educação especializada. Além disso, a incerteza sobre o futuro financeiro da criança pode agravar a ansiedade dos pais (Hock *et al.*, 2018; Lai *et al.*, 2015, p.1023).
- **Impacto na autoestima e na percepção de competência:** Pais de crianças com TEA podem sentir-se incapazes de atender plenamente às necessidades de seus filhos, o que prejudica a autoestima. Comparações com outros pais e a pressão para atender a padrões de cuidado podem intensificar sentimentos de inadequação (Davis, Carter, 2008, p.127-137).

A relação entre estresse parental e ajustamento diário é amplamente reconhecida. Fatores como a gravidade do transtorno, o locus de controle percebido pelos cuidadores e a presença de suporte social desempenham papéis cruciais na adaptação dos pais às demandas do cuidado (Lecavalier, Leone, Wiltz, 2006; McDonald, Poertner, Pierpoint, 1999; Fávero, Santos, 2005).

Na maioria dos casos, as mães assumem a responsabilidade central pelo cuidado da criança, desde a identificação dos primeiros sinais do transtorno até a gestão de tratamentos, prescrições médicas e reações comportamentais no cotidiano (Schmidt, Bosa, 2007; Smeha, Cezar, 2011). Embora a família como um todo sofra

alterações significativas em sua rotina, as mães frequentemente renunciam a suas carreiras, vida social e até de relações afetivas para se dedicarem integralmente aos cuidados maternos (Minatel, Matsukura, 2014; Meimes et al., 2015).

Esse cenário também demanda que os pais redimensionem suas expectativas em relação ao futuro de seus filhos e ao próprio futuro. A aceitação das limitações impostas pelo transtorno pode gerar um processo de luto em relação ao “filho idealizado”, que dá lugar à realidade concreta e às adaptações exigidas (Smeha, Cezar, 2011). Esse processo pode levar a perdas na vida social, afetiva e profissional, especialmente para as mães.

Além disso, estudos indicam que mães de crianças com TEA apresentam níveis elevados de depressão, reforçando a necessidade de redes de suporte social e de políticas públicas que promovam ações preventivas e de cuidado à saúde mental de toda a família (Sanini, Brum, Bosa, 2010; Piovesan, Scortegagna, Marchi, 2015; Fávero-Nunes, Santos, 2010).

A reestruturação familiar frente ao diagnóstico não afeta apenas a mãe, mas toda a dinâmica do grupo. Segundo Sprovieri e Assumpção Jr. (2001), o impacto do transtorno pode desestabilizar a família, exigindo uma renegociação de papéis para lidar com a nova realidade. Esse processo pode resultar no rompimento de atividades sociais normais, destacando a importância de intervenções que busquem fortalecer as redes de apoio e promover o bem-estar familiar.

METODOLOGIA

Para realização deste estudo, em termos metodológicos, foi utilizado o método de pesquisa de Revisão Sistemática de Literatura (RSL), com o objetivo de levantar as produções científicas a respeito do tema abordado (qualidade de vida de pais de filhos com TEA).

Com isso, no período de setembro a novembro de 2024, foi realizada a consulta nas plataformas Periódicos CAPES, PubMed e SciELO, a qual consistiu em: 1. determinar as *strings* de busca; 2. eleger as bases bibliográficas a serem utilizadas; 3. explicitar os critérios de seleção dos trabalhos; 4. análise dos estudos.

A questão que norteou este trabalho foi a seguinte: **“qual a qualidade de vida que os pais de crianças autistas apresentam em sua cotidiano?”**. A partir desse questionamento, foram escolhidas as seguintes *strings*: “qualidade de vida” AND

“autismo”, “família” AND “autismo” AND crianças, “autismo” AND “pais” AND “saúde mental” e “Família AND “saúde mental” AND “autismo”, que foram lançadas em inglês e português e espanhol nas plataformas dos periódicos através da busca avançada. Considerando o strings ‘OR’ foi realizada uma busca com base nas mesmas palavras-chave.

Determinou-se o seguinte critério de inclusão: artigos disponíveis na íntegra; em idiomas português, inglês ou espanhol; e que tenham sido publicados nos últimos cinco anos. Como critérios de exclusão ficou estabelecido: artigos duplicados nas bases de dados analisadas; ou que estivessem escritos em outra língua que não fosse as que foram contempladas nos critérios de inclusão.

Após o lançamento das *strings* com suas respectivas palavras-chave, identificaram-se 21 trabalhos durante o período de 2019 a 2024. Foram imediatamente excluídos os artigos repetidos e seguiu-se para a leitura dos resumos, onde foram excluídos os artigos dissonantes e mantidas 18 obras para leitura integral, as quais foram incluídas neste estudo.

DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo reforçam que a qualidade de vida dos pais de crianças com TEA é significativamente impactada por fatores como estresse, sobrecarga emocional e financeira, isolamento social e dificuldade no acesso a redes de apoio.

A análise da literatura destacou que o suporte social, emocional e financeiro desempenha um papel essencial na redução dos impactos negativos sobre os cuidadores. A Teoria do Suporte Social, de House (1981), enfatiza que o apoio de familiares, amigos e profissionais de saúde é crucial para aumentar a resiliência desses pais diante das dificuldades enfrentadas.

Além disso, as pesquisas identificaram que a sobrecarga emocional recai, em grande parte, sobre as mães, que geralmente assumem o papel de cuidadoras primárias. Esses dados são consistentes com os achados de Ponte e Araújo (2022), que destacam os desafios das mulheres em conciliar os múltiplos papéis que exercem, como o cuidado dos filhos, a vida conjugal e a carreira profissional.

Outro ponto relevante identificado é que o transtorno não afeta apenas a criança diagnosticada, mas também os pais e cuidadores. A elevada demanda de

cuidado gera um estresse significativamente maior do que no cuidado de crianças neurotípicas, impactando as interações familiares e a saúde mental dos cuidadores.

Entre os fatores mais associados ao estresse parental estão o isolamento social e as dificuldades financeiras. Famílias de crianças com TEA frequentemente enfrentam altos custos com terapias, tratamentos médicos e educação especializada, como descrito por Lai et al. (2015).

Esse cenário de demandas constantes gera impactos diretos na saúde mental dos cuidadores, contribuindo para quadros de ansiedade, depressão e até burnout, conforme relatado por Sanini et al. (2010).

No entanto, o estudo também revelou o potencial transformador das redes de apoio e das intervenções psicológicas. Programas de orientação psicológica, grupos de suporte e políticas públicas voltadas à inclusão podem reduzir significativamente os níveis de estresse parental e promover a qualidade de vida das famílias, como reforçado por Costa et al. (2020). A maior participação dos pais no cuidado com a criança também é fundamental para equilibrar a sobrecarga emocional e ampliar o bem-estar familiar.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se a dependência de dados de uma revisão sistemática, o que restringe a análise de características regionais e contextuais específicas do Brasil. Embora a literatura revisada seja rica, ela aponta para a necessidade de estudos empíricos mais aprofundados que abordem as diferenças culturais e socioeconômicas e a relação entre as características do transtorno e os impactos específicos na qualidade de vida dos cuidadores.

Por fim, os resultados inesperados, como a escassez de pesquisas sobre o papel do pai nos cuidados, sugerem a necessidade de expandir o foco para incluir a participação masculina na dinâmica familiar e explorar os benefícios de um cuidado compartilhado. Recomenda-se que futuras pesquisas investiguem estratégias para fortalecer as redes de apoio e promover maior equilíbrio nos papéis parentais, com especial atenção às especificidades regionais e culturais.

CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou que o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) não impacta apenas a vida da criança diagnosticada, mas também a de seus pais e cuidadores, gerando significativos desafios emocionais, financeiros e sociais. Esses

desafios refletem-se na qualidade de vida dos cuidadores, especialmente das mães, que frequentemente assumem o papel de cuidadoras primárias e enfrentam altos níveis de estresse, ansiedade e esgotamento emocional.

A literatura revisada destacou a importância do suporte social, emocional e financeiro no enfrentamento das demandas associadas ao cuidado de crianças com TEA. Redes de apoio adequadas, aliadas a políticas públicas inclusivas, podem mitigar os efeitos negativos do cuidado contínuo, promovendo o bem-estar e a saúde mental dos cuidadores.

Além disso, estratégias de enfrentamento e intervenções psicológicas, como grupos de apoio e orientação terapêutica, são fundamentais para fortalecer a resiliência dos pais e ajudá-los a lidar com as complexidades do cotidiano. O fortalecimento de políticas públicas e a ampliação do acesso a recursos específicos para famílias de crianças com TEA são medidas indispensáveis para minimizar os impactos do transtorno na dinâmica familiar.

Assim, conclui-se que cuidar de uma criança com TEA requer não apenas esforços individuais, mas também suporte comunitário e institucional, promovendo a inclusão e a qualidade de vida das famílias envolvidas. O reconhecimento das necessidades dos cuidadores e o investimento em programas de suporte são passos essenciais para criar um ambiente mais equilibrado e acolhedor para todos.

REFERÊNCIAS

APA. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtorno mentais: DSM-V. 5.** ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AUTISMO. **Autismo no Brasil: Estimativas e Números.** Disponível em: <https://aba.org.br/autismo-no-brasil>. Acesso em: 09 out. 2024.

ASSUMPÇÃO, Francisco B J; KUCZYNSKI, Evelyn. **Autismo infantil: Novas tendências e perspectivas.** 2.ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2015.

BAPTISTA, Renata S.; MACHADO, Wilson S.; ALVES, Fernanda G. O impacto do TEA no contexto familiar: uma revisão sistemática. **Psicologia e Saúde em Debate**, v. 4, n. 1, p. 23-37, 2018.

BONFIM, T. DE A., GIACON-ARRUDA, B. C. C., HERMES-ULIANA, C., GALERA, S. A. F., MARCHETI, M. A. Family experiences in discovering Autism Spectrum Disorder: implications for family nursing. **Revista Brasileira De Enfermagem**, v. 73, 2020. e20190489. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0489>

BOSA, Cleonice. As relações entre autismo, comportamento social e função executiva. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol.14, n.2, p.281-287, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722001000200004>.

CHAIM, Maria Paula Miranda; COSTA NETO, Sebastião Benício da; PEREIRA, Aminny Farias; GROSSI, Fabiana Regina da Silva. Qualidade de vida de cuidadores de crianças com transtorno do espectro autista: revisão da literatura. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, v. 19, n. 1, p. 1-26, 2019. <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/view/11664/7647>.

CHRISTMANN, Michele et al . Estresse materno e necessidade de cuidado dos filhos com TEA na perspectiva das mães. **Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenvolv.**, São Paulo , v. 17, n. 2, p. 8-17, dez. 2017. <https://doi.org/10.5935/cadernosdisturbios.v17n2p8-17>.

COSTA, L. M. B. et al. Autismo e suporte familiar: Relações afetivas estabelecidas entre crianças com autismo. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 6, p. 25-44. 2020. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/autismo-e-suporte

COSTA, Priscyla; SANTOS, Ludimilla; SANTOS, Maryelle. Estresse parental de crianças com transtorno do espectro autista: Uma revisão teórica. **Journal of Specialist**, vol.4, n.4, p.1- 18,2018. Disponível em: [www-periodicos-capes-gov-br](http://www.periodicos-capes-gov-br). Acesso em: 05/09/2019.

DAVIS, N. O.; CARTER, A. S. Parenting stress in mothers and fathers of toddlers with autism spectrum disorders: Associations with child characteristics. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 38, n. 1, p. 127-137, 2008.

ESTES, Annette et al. Parenting stress and psychological functioning among mothers of preschool children with autism and developmental delay. **Autism**, v. 13, n. 4, p. 375-387, 2009.

ESTEVES, Thais et al. Estresse parental em famílias de crianças com TEA: desafios e estratégias de enfrentamento. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 30, n. 2, p. 128-135, 2020.

FÁVERO, M. Â. B., SANTOS, M. A. Autismo infantil e estresse familiar: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia: Reflexão E Crítica**, 18(3), 358–369. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000300010>

GOMES, Paulyane T.M.; LIMA, Leonardo H.L.; BUENO, Mayza K.G.; ARAÓJO, Liubiana A.; SOUZA, Nathan M.. Autism in Brazil: a systematic review of family challenges and coping strategies. **Jornal de Pediatria**, [S.L.], v. 91, n. 2, p. 111-121, mar. 2015. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jped.2014.08.009>.

KIQUIO, Thaís; GOMES, Karin. O Estresse familiar de crianças com transtorno do espectro do autismo. **Revista de iniciação científica UNESC**, vol.16, n.1, p.1-12, 2018. Disponível em: www.periodicos-capes-gov-br. Acesso em: 05/09/2019

LAI, W. W.; GOH, T. J.; OEI, T. P.; SUNG, M. Coping and well-being in parents of children with autism spectrum disorders: An investigation into the mediating role of stress and hope. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 45, n. 8, p. 2585-2593, 2015.

MACHADO, Mônica Sperb; LONDERO, Angélica Dotto; PEREIRA, Caroline Rubin Rossato. Tornar-se família de uma criança com Transtorno do Espectro Autista. **Contextos Clínicos**, v. 11, n.3, p. 335-350, 2018.

MACHADO, Mônica Sperb; LONDERO, Angélica Dotto; PEREIRA, Caroline Rubin Rossato. Tornar-se família de uma criança com transtorno do espectro autista. **Contextos Clínic**, São Leopoldo , v. 11, n. 3, p. 335-350. 2018. <https://doi.org/10.4013/ctc.2018.113.05>.

MEDRADO, Aracelles Alvarenga; CAMPOS, Rafael Cabral; SIQUARA, Gustavo Marcelino; PONDÉ, Milena Pereira. Saúde mental e qualidade de vida de pais de pessoas com TEA durante a pandemia COVID-19: uma revisão narrativa. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, Brasil, v. 10, n. 3, p. 507–521, 2021. DOI: [10.17267/2317-3394rpdsv10i3.3545](https://doi.org/10.17267/2317-3394rpdsv10i3.3545). HYPERLINK "<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/3545>" Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/3545>. Acesso em: 8 dez. 2024.

MIELE, Fernanda Gonçalves; AMATO, Cibelle Albuquerque de La Higuera. AUTISM SPECTRUM DISORDER: quality of life and caregivers stress : literature review. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, v. 16, n. 2, p. 89-102, 2016. <http://dx.doi.org/10.5935/1809-4139.20160010>.

MIELE, Fernanda Gonçalves; AMATO, Cibelle Albuquerque de la Higuera. Transtorno do espectro autista: qualidade de vida e estresse em cuidadores e/ou familiares - revisão de literatura. **Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenvol.**, São Paulo , v. 16, n. 2, p. 89-102, dez. 2016. <https://doi.org/10.5935/1809-4139.20160010>.

OLIBONI, A. C.; BARANDRECHT, E.; MILANI, D.; HARMUCH, C. Experiences of family members of children with Autism Spectrum Disorder (ASD): A literature review. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 13, n. 6, p. e8013646073, 2024. DOI: [10.33448/rsd-v13i6.46073](https://doi.org/10.33448/rsd-v13i6.46073). Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/46073>. Acesso em: 19 nov. 2024.

OLIVEIRA, Carlos S. et al. Cuidando de crianças autistas: o impacto do estresse parental na qualidade do cuidado. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 3, p. 765-778, 2021.

OLIVEIRA, L., SANTOS, M., CUNHA, P. O impacto do transtorno do espectro autista na qualidade de vida dos cuidadores. **Psicologia em Estudo**, v. 24, n. 1, e45672.

PARK, H. WALTON-MOSS, B. Parenting style, parenting stress, and children's health-related behaviors. **Journal of Developmental & Behavioral Pediatrics**, Vol.33, p. 495-503. Doi: 10.1097 / DBP.0b013e318258bdb8. 2012.

PINTO, R. N. M., TORQUATO, I. M. B., COLLET, N., REICHERT, A. P. DA S., SOUZA NETO, V. L. SARAIVA, A. M. Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. **Revista Gaúcha De Enfermagem**, v. 37, n. 3, e61572. 2016 <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.03.61572>

PONTE, Amélia Belisa Moutinho da; ARAUJO, Lucivaldo da Silva. Vivências de mães no cuidado de crianças com transtorno do espectro autista. **Rev. NUFEN**, Belém , v. 14, n. 2, p. 1-15. 2022.

ROSSINI , G. P.; PEREIRA , S. H. N.; ROCHA, G. R. M.; INÁCIO , J. G.; MENDONÇA , A. M. B.; NETTO , P. R. de S.; NÓBREGA , G. L. F.; SIMON , R. F.; LIMA , V. R. S.; ANASTACIO , L. B.; LIMA , P. D. de F.; SÁ, D. R. Transtorno do espectro autista (TEA): desafios e recursos para indivíduos e familiares. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 6, p. 1145–1153, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n6p1145-1153. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/2365>. Acesso em: 8 dez. 2024.

SILVA, R. ANDRADE, T. Estresse parental em famílias de crianças com transtorno do espectro autista: Uma revisão sistemática. **Revista de Psicologia da Saúde**, v. 13, n. 1, p. 23-38. 2021

VILANOVA, J. R. S., CARNEIRO, C. T., ROCHA, K. N. DE S., BRITO, M. DE A., ROCHA, R. C., COSTA, A. DE C., BEZERRA, M. A. R. Burden of mothers of children diagnosed with autism spectrum disorder: mixed method study. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 43, e20210077. 2022. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2022.20210077>.

WHO. **Autism Spectrum Disorders: Key facts**. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>. Acesso em: 09 out. 2024.

WHOQOL Group. The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): Development and general psychometric properties. **Social Science & Medicine**, v. 46, n. 12, p. 1569-1585, 1995.

ZAKI, Maysoun. Challenges and coping strategies of parents with children diagnosed with autism spectrum disorder in the United Arab Emirates. **Research in Developmental Disabilities**, v. 106, p. 103757, 2020.

Capítulo 4
UM OLHAR ATENTO PARA O TRABALHO DOS
ASSISTENTES SOCIAIS COM PESSOAS VIVENDO COM
HIV/AIDS

Deborah Eduarda Costa da Silva
Lucilene Ferreira de Melo
Amanda Braga Cunha

UM OLHAR ATENTO PARA O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS

Deborah Eduarda Costa da Silva

Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas

eduardacost1316@gmail.com

Lucilene Ferreira de Melo

Docente do Departamento de Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas

lucilenefmelo@ufam.edu.br

Amanda Braga Cunha

Assessora - Assistente social da Fundação de Medicina Tropical - Heitor Vieira

Dourado

amandacunha.asfmt@gmail.com

RESUMO

O serviço social na área da saúde fundamenta-se no paradigma biopsicossocial, na abordagem crítica e na interdisciplinaridade, promovendo ações para a prevenção de doenças e agravos à saúde, a garantia do acesso aos serviços e à reabilitação da saúde voltadas para a recuperação de pessoas que estão doentes ou com deficiência. A Abordagem realizada neste trabalho teve por objetivo evidenciar o trabalho do serviço social na Fundação de Medicina Tropical - HVD no que se refere à sensibilização do tratamento de pacientes com o HIV/AIDS. A base metodológica utilizada foi pesquisa bibliográfica e documental, e complementada com observação direta registrada nos instrumentais de estágio realizado na Fundação de Medicina Tropical – Dr. Heitor Vieira Dourado. Os resultados do trabalho indicam que o assistente social se faz presente de forma integrada à equipe multiprofissional na prevenção e no acompanhamento de pessoas vivendo com HIV/AIDS. O profissional de Serviço Social contribui também para o fortalecimento dos vínculos sociais e familiares e na garantia dos direitos dos usuários.

Palavras-chave: Serviço Social, Saúde, HIV/AIDS, promoção da saúde, fortalecimento de vínculos.

ABSTRACT

Social work in healthcare is rooted in the biopsychosocial model, critical approach, and interdisciplinary collaboration. Its primary focus is on disease prevention, ensuring access to services, and facilitating the rehabilitation of individuals with illnesses or disabilities. This study delves into the role of social workers at the Fundação de Medicina Tropical - HVD, specifically in raising awareness about HIV/AIDS treatment. Through a combination of literature review, document analysis, and direct observation during an internship, the research found that social workers are integral members of the multidisciplinary team, providing prevention and support services to people living with HIV/AIDS. Moreover, social workers play a vital role in strengthening social and family bonds and safeguarding the rights of service users.

Keywords: Social Work, Health, HIV, Hospitalizations and Readmissions.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de DST/AIDS (1980), instituída no Brasil em um contexto marcado pela crescente epidemia de HIV/AIDS e pela luta por direitos, representa um avanço significativo na garantia de acesso à saúde e na promoção da cidadania. Desde a década de 1980, o país tem experimentado transformações sociodemográficas e epidemiológicas que demandam uma resposta cada vez mais complexa e multifacetada. Neste cenário, o trabalho do assistente social adquire um papel central, uma vez que a doença transcende a esfera biológica, englobando dimensões sociais, culturais e econômicas complexas.

A Lei 8.080/1990, que institui o Sistema Único de Saúde (SUS), e a Resolução 218/1997 do Conselho Nacional de Saúde, que consolida o assistente social como profissional de saúde, são marcos legais fundamentais para a atuação do profissional na área. No entanto, a Política Nacional de Saúde Integral das Pessoas com HIV/AIDS (1980), por exemplo, traz novas diretrizes e desafios para a prática profissional.

O objetivo do artigo residiu na necessidade de aprofundar por meio do estágio não obrigatório o conhecimento sobre as especificidades do trabalho do assistente social na área da saúde, considerando as transformações nos arranjos familiares e os desafios enfrentados pelas pessoas vivendo com HIV/AIDS. Ao analisar a atuação do profissional, pretende-se contribuir para a qualificação dos serviços de saúde, a promoção de políticas públicas mais efetivas no enfrentamento da epidemia e a

necessidade da sensibilização de pacientes e familiares em seus diversos aspectos sobre a adesão ao tratamento de HIV.

A Fundação de Medicina Tropical Heitor Vieira Dourado (FMT-HVD) que inicialmente era chamada de Hospital de Moléstias Tropicais surgiu em 1970, após dois médicos docentes da Universidade do Amazonas: Carlos Borborema e Heitor Vieira Dourado. A enfermagem começou a funcionar inicialmente no Hospital Getúlio Vargas. Atualmente é centro de referência em diagnóstico, tratamento e pesquisa de doenças tropicais na região amazônica.

A FMT tornou-se referência para atendimento clínico/ambulatorial às pessoas vivendo com HIV/Aids. Para facilitar a articulação necessária para assistência adequada aos pacientes.

A Instituição tem como finalidade a prestação de Assistência Médica, realização de Pesquisas Científicas e a contribuição para a formação de Recursos Humanos na área de Medicina Tropical. Assim para o cumprimento de suas finalidades a FMT-HVD, sem prejuízo a outras ações, presta assistência médica a pessoas acometidas por Doenças Infecciosas e Parasitárias, promove o intercâmbio de informações e experiências científicas com instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, realiza encontros, congressos e quaisquer eventos que propiciam permuta e ampliação de conhecimentos ao campo de sua especialização, a manutenção de informações técnico-científicas e a execução de outras ações e atividades pertinentes a sua finalidade.

Esse trabalho apresenta-se dividido em: Introdução. Metodologia. Desenvolvimento dividido em subtópicos: o serviço social na FMT: a sensibilização do tratamento de pacientes com HIV/AIDS, o perfil de usuários atendidos na FMT no serviço social de internação, a experiência de estágio não obrigatório na FMT no serviço social. Considerações finais.

METODOLOGIA

O presente artigo busca oferecer uma visão do estágio não obrigatório realizado na Fundação de Medicina Tropical - Dr. Heitor Vieira Dourado, a base metodológica apresenta padrões mistos coletados por meio da pesquisa bibliográfica e documental, a revisão da literatura e a análise de documentos passaram a ser

utilizadas para o embasamento e para a complementação da compreensão e confiabilidade (Andrade, 2007).

Segundo Lakatos (Introdução à Metodologia da Pesquisa: Do Planejamento à Execução, 2017), a pesquisa bibliográfica é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, monografias, entre outros, fornecendo a pesquisadora abundantes informações embasadas sobre o tema escolhido. A pesquisa bibliográfica não é apenas uma repetição de pesquisas já existentes, mas apresenta o tema com nova abordagem e chegando a conclusões inovadoras.

A pesquisa documental se baseia na coleta e análise de documentos como principal fonte de dados. Esses documentos podem ser tanto escritos quanto não escritos (como imagens, vídeos, objetos etc.). Uma das principais características da pesquisa documental é o uso de fontes primárias. Estas são informações originais, coletadas no momento em que o fato ocorreu ou logo após, sem passar por um processo de interpretação por outros autores.

Sabe-se que o peso do desenvolvimento das técnicas documentais é relativamente discreto no campo científico, entretanto, deu-se a adoção da técnica documental como principal fonte de coleta de dados. Não menos importante, a técnica bibliográfica como fonte para a construção teórico metodológica deste artigo, que buscou informação tanto na literatura do serviço social, que trata do assunto tema da pesquisa, quanto na literatura biomédica específica do tema.

O serviço social na FMT: a sensibilização no monitoramento do tratamento de pacientes com HIV/AIDS

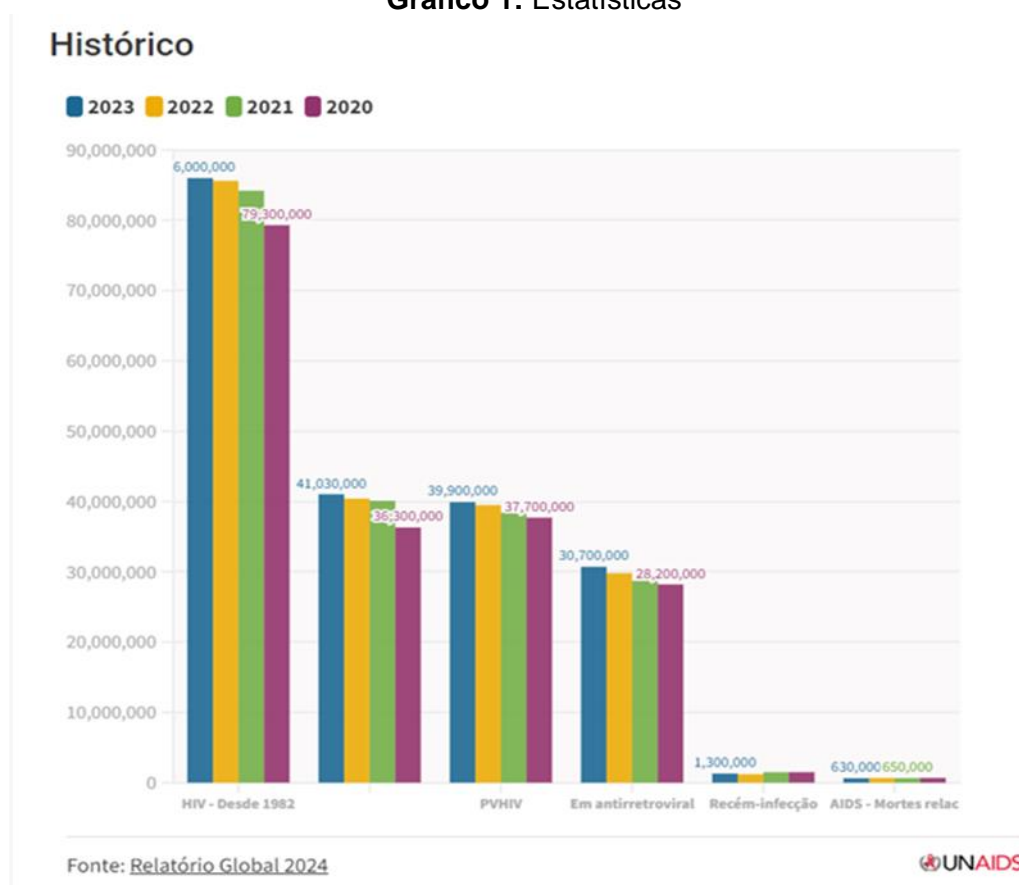
Com a Lei 8.080/1990, também conhecida como Lei Orgânica da Saúde, instituiu-se o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, criado em 1990. Os assistentes sociais passaram a ter um papel mais importante na área da saúde. Isso se deve ao reconhecimento da profissão e a necessidade de trabalhar os aspectos sociais na saúde.

O Serviço Social enquanto prática profissional reconhecida pela lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, dispõe sobre a regulamentação da profissão de Assistente Social, se insere na divisão sociotécnica do trabalho, que luta em função da garantia de direitos humanos e sociais, tendo como instrumento as políticas sociais de educação, assistência social, saúde, dentre outras.

O Conselho Nacional de Saúde, através da Resolução de nº 218 de 06 de março de 1997, reafirmou o Assistente Social, entre outras categorias de nível superior, como profissional de saúde. (Cfess, 1999) Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos que as experimentam no trabalho, área habitacional, família, saúde, assistência pública, entre outros, possibilitando seus direitos. (Iamamoto, 1997).

No tocante ao objeto escolhido e o trabalho do assistente social justifica-se que: o HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) é um retrovírus que ataca o sistema imunológico, a principal defesa do nosso corpo contra doenças. Ao longo do tempo, o HIV pode enfraquecer o sistema imunológico, tornando o corpo mais suscetível a infecções oportunistas e certos tipos de câncer, que podem levar à AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). Estima-se que existam aproximadamente 38 milhões de pessoas no mundo vivendo com HIV até o fim de 2019. Conforme pode ser observado no gráfico 1.

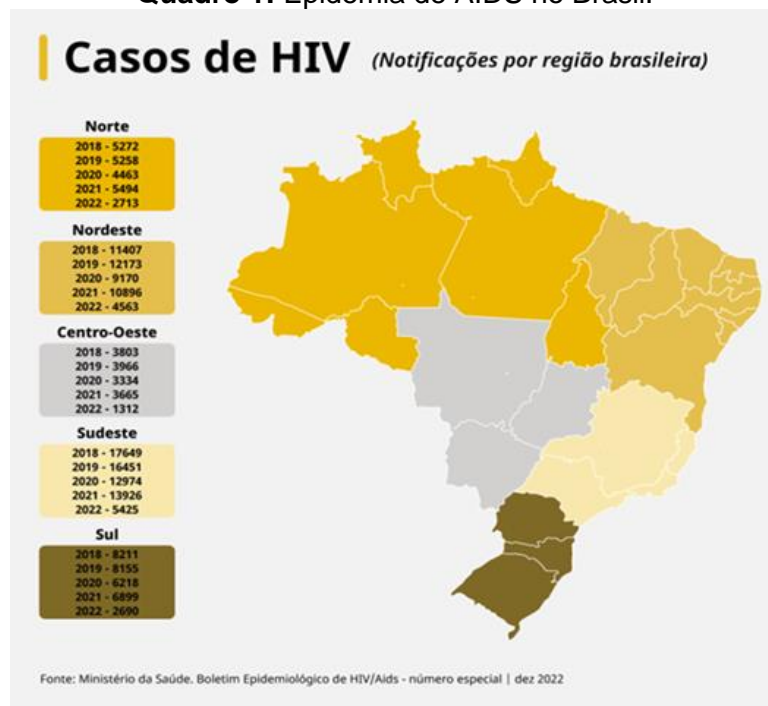
Gráfico 1: Estatísticas



Fonte: UNAIDS, 2024.

A partir de investimentos internacionais no combate do HIV a cobertura dos serviços continua aumentando. Entretanto, no Brasil os casos de HIV aumentaram de forma significativa, conforme pode ser observado no quadro 1:

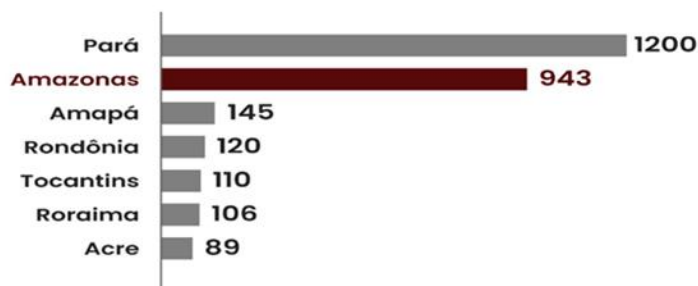
Quadro 1: Epidemia de AIDS no Brasil.



Fonte: Revista Galileu, 2017.

O Amazonas teve um aumento de mais de 52,69% nos casos de HIV registrados entre 2020 e 2022, com 5.942 casos, segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde. Em 2023 o Estado teve 1.984 casos registrados, conforme a Fundação de Vigilância em Saúde (FVS-AM). No ano de 2023, o município de Manaus registrou 1.339 casos novos de HIV e 413 casos de Aids. Conforme pode ser observado no gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2: Casos de HIV no norte do país
Casos de HIV notificados ao Sinan em 2022



CENARIUM

Fonte: MS/SVS/Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Fonte: Cenarium, 2023.

A epidemia de HIV/AIDS não se limita a um problema de saúde pública, mas se configura como uma questão social que reflete e aprofunda as desigualdades existentes na sociedade (Santos, 2017). As condições sociais precárias, como pobreza, falta de moradia adequada, acesso precário à saúde e educação, entre outros fatores, contribuem para a disseminação do HIV e agravam o impacto da doença na vida das pessoas.

No caso da Política Nacional DST/AIDS, o trabalho do assistente social é fundamental para combater o preconceito e a discriminação, que são barreiras para o acesso aos serviços de saúde. A atuação do assistente social norteia-se através da compreensão do processo saúde-doença enquanto uma totalidade, não se diminuindo somente a algo individual e biológico, pois os aspectos sociais e econômicos conjuntamente são responsáveis por influenciar no enfrentamento da doença, tendo em vista que se tornam vulneráveis à situação. As atribuições do assistente social são feitas através de escuta qualificada, acolhimento social, orientações de benefícios previdenciários / assistenciais, inscrição em programas sociais, busca ativa de pacientes, regularização para recebimento de medicações, de modo a manter a adesão ao tratamento.

É importante salientar que os pacientes que recebem o diagnóstico de HIV não sofrem apenas por descobrir que têm a doença, mas devido o abandono familiar, falta de rede de apoio, abandono de companheiro, discriminação, entre outros, muitos acabam por fazer uso de psicoativos, levando-os a abandonar o tratamento. O papel do assistente social nessa situação está em promover a adesão ao tratamento, fortalecer o vínculo familiar, a aceitação da doença e encaminhamentos para centros de acolhimentos para os que vivem em situação de rua, para que haja o menor número de reinternações. O trabalho em equipe multiprofissional é fundamental para a garantia de um atendimento integral e humanizado às PVHIV (pessoas vivendo com HIV). (Silva; Mesquita, 2019). Nesse contexto, os arranjos familiares se configuram como um importante suporte para o enfrentamento do HIV e para a promoção da qualidade de vida das pessoas que vivem com o vírus.

Na atualidade, os arranjos familiares apresentam uma rica diversidade, transcendendo o modelo tradicional composto por pai e mãe. Essa multiplicidade de estruturas familiares reflete as transformações sociais e exige uma visão abrangente para garantir a inclusão e o bem-estar de todos os indivíduos. Em vez de nos referirmos a um único tipo de família, torna-se mais preciso falarmos em "famílias", no

plural. Essa mudança de perspectiva reconhece a multiplicidade de formas como a vida em família se manifesta, valorizando a afetividade e o cuidado mútuo como pilares fundamentais.

Desde os primórdios da profissão, a família se constitui como objeto de central importância para o Serviço Social. As intervenções profissionais nesse âmbito acompanham as transformações históricas pelas quais as estruturas familiares passam, buscando sempre garantir a proteção social dos seus membros e promover o bem-estar individual e coletivo. A atuação do Serviço Social com famílias exige uma profunda compreensão das diferentes formas que elas assumem na sociedade contemporânea. Isso significa ir além de uma visão tradicional e limitada da família, reconhecendo a multiplicidade de arranjos familiares existentes, como famílias nucleares, monoparentais, com casais homoafetivos, reconstituídas, entre outras. Ao intervir junto às famílias, o assistente social deve analisar a estrutura de relações que as compõem, tanto em seu interior quanto em seu entorno social. Essa análise inclui a dinâmica das relações interpessoais, os papéis sociais desempenhados por cada membro, as redes de apoio existentes e os desafios enfrentados pela família no contexto social em que está inserida (Neto, 2017). Um aspecto fundamental da intervenção do Serviço Social com famílias é a avaliação do papel do Estado e da sociedade na provisão de suas necessidades. Isso implica em analisar as políticas públicas existentes, os serviços disponíveis e as formas de acesso a esses recursos por parte das famílias. A intervenção do Serviço Social com famílias deve ser pautada por princípios éticos e emancipatórios, ou seja, promover a autonomia das famílias, fortalecer seus recursos internos e externos, e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Cfess, 2009).

O trabalho com famílias no Serviço Social exige atenção redobrada aos princípios éticos e técnicos que norteiam a profissão. Nesse contexto, o sigilo profissional se configura como um dever fundamental do assistente social, conforme preconiza o Código de Ética Profissional (Cfess, 2009). Mito (1997) alerta para a importância de que a intervenção profissional com famílias não se configure como um fator de estresse adicional para a família, já fragilizada por suas próprias dificuldades. Para isso, é fundamental que o assistente social adote uma abordagem sensível e contextualizada, considerando as características e necessidades específicas de cada família.

Na Fundação de Medicina Tropical (FMT-HVD), o Serviço social que atua na parte hospitalar, realiza o acolhimento de usuários, famílias e/ou redes de apoio na unidade hospitalar, compreendendo a situação socioeconômica (trabalhista, saúde, previdência, habitacional), abrangendo a vivência da família juntamente ao usuário durante seu processo de saúde ou doença, acompanhamento sistemático dos usuários internados na unidade hospitalar e o fortalecimento dos vínculos, articulação com redes de apoio estaduais e municipais, identificando demandas e viabilizando o demandas apresentadas.

O perfil de usuários atendidos na FMT no serviço social de internação

Os usuários do serviço social de internação da FMT-HVD revelam um mosaico de experiências e desafios, marcados por seus diagnósticos e trajetórias de vida. A coexistência de vínculos familiares fortalecidos e de fragilidades relacionais, muitas vezes agravadas pelo uso de substâncias psicoativas, conflitos familiares e a falta de apoio social, desenha um cenário complexo e multifacetado. A adesão ao tratamento antirretroviral, embora essencial para a qualidade de vida e a longevidade, encontra obstáculos significativos, como o estigma associado ao HIV/AIDS, o agravamento do estado de saúde e a instabilidade social. O uso de drogas, em particular, emerge como um fator de risco crucial, não apenas para a progressão da doença, mas também para a exclusão social e a vulnerabilidade a outras formas de violência.

Nesse contexto, a abordagem multidisciplinar, que envolve profissionais de saúde, assistentes sociais e psicólogos, revela-se fundamental para oferecer um cuidado integral e humanizado. A equipe multiprofissional atua na busca por uma compreensão aprofundada das necessidades individuais de cada usuário, promovendo a construção de projetos de vida e o fortalecimento de suas redes de apoio. No entanto, a persistência do estigma e da discriminação, evidenciada pelo alto índice de abandono familiar, impõe desafios significativos ao trabalho dos profissionais de saúde e exige a implementação de estratégias de enfrentamento mais eficazes.

A falta de apoio social, além de gerar sofrimento psicológico e emocional, pode levar ao isolamento e à descontinuidade do tratamento. A interseção de fatores de vulnerabilidade, como a pobreza, a discriminação e a falta de acesso a serviços básicos, agrava a situação de muitos usuários. Nesse sentido, as políticas públicas e

as ações de saúde devem ser reconfiguradas para garantir o acesso equânime e humanizado aos serviços, superando as barreiras existentes e promovendo a cidadania e a qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/AIDS. É fundamental investir em ações de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento, bem como em programas de redução de danos e de fortalecimento da rede de apoio social.

A experiência na FMT-HVD evidencia a necessidade de um olhar mais aprofundado sobre as determinações sociais da saúde, que vão além das questões biológicas e clínicas. A compreensão das trajetórias de vida dos usuários, de suas experiências com o sistema de saúde e de suas relações sociais é fundamental para a construção de práticas de cuidado mais eficazes e humanizadas. Além disso, a pesquisa e a produção de conhecimento sobre a temática são essenciais para a qualificação dos serviços e a formulação de políticas públicas mais adequadas às necessidades das pessoas vivendo com HIV/AIDS.

A experiência de estágio não obrigatório na FMT no serviço social

O estágio, como enfatiza Yolanda Guerra (2002), é um momento crucial para a construção da identidade profissional do discente. Nessa etapa, o futuro profissional tem a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos teóricos, aplicando-os em situações reais e complexas. Ao vivenciar as demandas no campo de atuação, o estagiário desenvolve habilidades como a compreensão do contexto social, econômico e político, além de aprimorar sua capacidade de lidar com as expressões da questão social no dia a dia.

A escolha pelo estágio, embora não obrigatória, revela o interesse do discente em complementar sua formação acadêmica e adquirir experiência na área.. Essa experiência é fundamental para que o estudante compreenda as expectativas do mercado de trabalho, estabeleça uma rede de contatos e desenvolva habilidades profissionais. A Lei do Estágio (Lei nº 11.788/2008) garante os direitos e deveres de todos os envolvidos nesse processo, incluindo estagiários, instituições de ensino e empresas concedentes.

A Fundação de Medicina Tropical - HVD, referência em alta complexidade no atendimento a pacientes com doenças tropicais, especialmente aqueles vivendo com HIV, oferece um ambiente propício para a realização de estágios não obrigatórios na área da saúde. Ao lado de profissionais experientes, os estagiários têm a

oportunidade de desenvolver habilidades essenciais para a atuação na área do serviço social, como a realização de um atendimento humanizado, escuta qualificada, busca ativa, orientações referente a benefícios socioassistenciais, garantia de direitos, entre outros. Essa experiência é enriquecedora e contribui significativamente para a formação de profissionais mais completos e preparados para os desafios das expressões da questão social nas suas mais diversas formas.

A experiência de estágio não obrigatório na Fundação de Medicina Tropical foi marcante e proporcionou um aprendizado in loco que complementa a formação acadêmica. O acompanhamento da supervisora experiente e habilidosa proporcionou a participação em diversas atividades, como busca ativa de familiares de pacientes, relatórios sociais, orientações referente a benefícios fornecidos pelo governo, fortalecimento de vínculos, encaminhamentos para rede socioassistencial, viabilização de direitos, articulação com equipe multidisciplinar em prol do bem-estar dos pacientes, roda de conversa para sensibilizar sobre a importância do uso dos TARVS e da rede de apoio, entre outros.

A área da saúde se destaca como um campo privilegiado para a realização de estágios, tanto obrigatórios quanto não obrigatórios. A diversidade de ambientes e a oferta de diferentes níveis de atenção à saúde proporcionam aos estagiários uma experiência rica e completa, que vai além da sala de aula. Ao vivenciar diferentes realidades, o estagiário tem a oportunidade de ampliar seus conhecimentos e desenvolver um olhar crítico sobre a saúde e a sociedade.

Considerações finais

Um dos maiores desafios para os discentes no estágio não obrigatório é a adaptação da rotina de uma instituição de alta complexidade e que tem de lidar com as expressões da questão social em suas mais diversas faces, mas essa experiência permite o desenvolvimento da capacidade de trabalhar em equipe e lidar com situações complexas.

Diante de todo o exposto, pode-se afirmar que a experiência de estágio não obrigatório na Fundação de Medicina Tropical - Dr. Heitor Vieira Dourado proporcionou uma rica oportunidade para compreender a complexidade do atendimento a pessoas vivendo com HIV/AIDS. O papel do assistente social nesse contexto é fundamental, uma vez que engloba não apenas a oferta de serviços, mas

também o acompanhamento psicossocial, a garantia de direitos e a construção de vínculos com os usuários. A abordagem multidisciplinar adotada pela instituição, com a atuação integrada de diversos profissionais, demonstra a importância de um cuidado integral e humanizado. A pesquisa realizada, ao combinar a análise bibliográfica e documental, permitiu aprofundar o conhecimento sobre a temática e identificar as principais demandas dos usuários.

Referências

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Resolução CFESS nº 383/1999**. Brasília: CFESS, 1999.

CARVALHO, D. J. S.. **As Competências e Atribuições do Assistente Social no Contexto Hospitalar. 2021**. Dissertação (Graduação em Serviço Social) - Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2021. Disponível em: <https://www.unaerp.br/documentos/4269-rci-assistentesocial-04-2021/file>.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Conselho Federal de Serviço Social Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta (2008-2011)**. Brasília: CFESS, 2008. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf.

OLIVEIRA, L. M.. **Fatores preditores de reinternação precoce em unidade de internação para pacientes com infecção pelo HIV. 2018**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018).

SILVA, G. A., & MESQUITA, A. P.. **Atuação do assistente social em equipe multiprofissional na abordagem grupal de pessoas vivendo com HIV**. Revista Humanidades em Perspectiva, v. 10, n. 1, p. 110-128, 2014.

MARCONI, M. A., & LAKATOS, E. M.. **Introdução à Metodologia da Pesquisa: Do Planejamento à Execução**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

G1 Amazonas. **Amazonas tem aumento de mais de 50% em casos de HIV entre 2020 e 2022, aponta Ministério da Saúde**. G1 Amazonas, Manaus, 18 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/01/18/amazonas-tem-aumento-de-mais-de-50percent-em-casos-de-hiv-entre-2020-e-2022-aponta-ministerio-da-saude.ghtml>.

Ministério da Saúde do Brasil. **Aids / HIV**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aids-hiv>.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **HIV/aids**. Genebra: OMS, 2024. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/hiv-aids>.

SEMSA, Manaus. **Prefeitura de Manaus amplia rede de atendimento às pessoas vivendo com HIV.** SEMSA, Manaus, 24 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes Nacionais para Atenção Integral à Saúde das Pessoas Vivendo com HIV/Aids.** Brasília: MS, 2013.

CORRÊA, M. T. de S.; SILVA, L. R. da.. **A Rede de Apoio Social e a Qualidade de Vida de Pessoas Vivendo com HIV/Aids.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, n. 4, p. 875-884, 2014.

GOMES, R. M.; et al.. **Redes de Apoio Social e Pessoas Vivendo com HIV/Aids: Uma Revisão Bibliográfica.** Revista Brasileira de Saúde Pública, v. 42, n. 1, p. 112-122, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e da Família. **Política Nacional de Assistência Social: Diretrizes para sua Implementação.** Brasília: MDS, 2014.

NETO, J. F. de.. **Serviço Social e Família: Reflexões sobre a Intervenção Profissional.** 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Brasília: CFSS, 2009.

FERNANDES, N.. **Epidemia de aids no Brasil segue estável – e isso não é bom.** Galileu, Globo, 20 de jul. 2017. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2017/07/epidemia-de-aids-no-brasil-segue-estavel-e-isso-nao-e-bom.html>.

GÓES, A. de.. **Amazonas é o segundo em casos de HIV na Região Norte.** Revista Cenarium Amazônia, 3 dezembro 2023. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br/amazonas-e-o-segundo-em-casos-de-hiv-na-regiao-norte/>.

MINAYO, M. C. S.. **O desafio do conhecimento na saúde: um debate metodológico.** 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

UNAIDS Brasil. **Estatísticas - UNAIDS Brasil.** Disponível em: <https://unaid.org.br/estatisticas/>, 2024.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política Nacional de Estágio da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** Rio de Janeiro: ABEPSS, 2009. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf.

SILVA. D. E. C.. **Reinternações de pacientes com HIV na Fundação de Medicina Tropical - Heitor Vieira Dourado (FMT - HVD).** Relatório (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

AUTORES

Alice Oliveira Dias

Graduanda do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas (UFAM); alice.dias@ufam.edu.br

Amanda Braga Cunha

Assessora - Assistente social da Fundação de Medicina Tropical - Heitor Vieira Dourado; amandacunha.asfmt@gmail.com

Cláudia Gonçalves Matos Flores

Universidade Potiguar/
Ecossistema Ânima, Brasil

Deborah Eduarda Costa da Silva

Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas
eduardacost1316@gmail.com

Juliana Bianca Maia Franco

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7566-2688>. Instituto Federal do Ceará – IFCE. E-mail: juliana_franco_@hotmail.com

Kamyla Das Neves Xavier

Universidade Potiguar/Ecossistema Ânima, Brasil

Lucilene Ferreira de Melo

Docente do Departamento de Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas;
lucilenefmelo@ufam.edu.br

Márcia Cristiane de Souza Santos

Universidade Potiguar/Ecossistema Ânima, Brasil

Maria Eduarda Santos da Silva

Universidade Potiguar/Ecossistema Ânima, Brasil

Nilton Soares Formiga

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4907-9736>. Universidade Potiguar/ Ecosistemas
Ânima, Brasil. E-mail: nsformiga@yahoo.com

Rafaella Lagreca Garrafa Cardoso

Universidade Potiguar/Ecosistema Ânima, Brasil



EDITORA
UNION

ISBN 978-658488547-9



9 786584 885479